

FRAGMENTE

REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA

MAIO 2014

Redacção: Rua Rodrigo da Fonseca, 115 - 1099-069 Lisboa - Tel. 21 384 19 10 / 21 384 19 18 - Fax: 21 386 39 85 E-mail: esmavc@mail.telepac.pt

FRAGMENTE 6

Publicação Anual
Maio de 2014



Beatriz Marques

FRAGMENTE

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia

Ficha Técnica:

Colaboram neste Número:

Alfredo Natal, Amaro da Silva, Beatriz Viana, Catarina Monteiro, Catarina Ribeiro, Cláudia Silva, Duarte Machado, Filipa de Matos, Gonçalo Naves, João Filipe Quintas Madeira, Maria Beatriz Correia Santos, Maria de Lemos Toscano, Mariana Franco, Marta Capaz, Pedro Afonso Moes Bruno, Ricardo Saraiva, Sara Brito, Simão Godinho e Tsvetomira Zagorova

Imagens: Afonso Sanches, Ana Costa, Ana Coutinho, Ana Rita Jorge, Ana Rita Santos, Andreia Sarmiento, Andreia Sousa, Andressa Meicasa, Anissa Monteiro, Beatriz Marques, Beatriz Rocha, Bernarda Bernardo, Carolina Rodrigues, Catarina Correia, Catarina Costa, Catarina Guerreiro, Diana Lopes, Diogo Santos, Duarte Bonniz, Filipa Seabra, Francisca Haour, Francisco Calado, Francisco Fernandes, Gabriella Menezes, Hugo Miguel Cardoso, Inês Coelho, Inês Fonseca, Inês Martinho, Inês Martins, Inês Vilar, Irina Ribeiro, Joana Augusto, Joana Brites, Joana Castanheira, Joana Lourenço, Joana Ratão, Joana Silva, João Brito, João Gouveia, João Tacanho, José Gonçalves, José Silva, Mafalda Nunes, Maria Beatriz Alves, Maria Leonor Sousa, Mariana Elias, Rita Gracias, Sara Monteiro Santos, Sílvia Mendes, Sofia Fernandes, Vanessa Sequeira, Vilma Ferreira, Wilson Lopes

Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Impressão: Matriz Radical - Impressão e Soluções Digitais, Rua 1.ª de Maio, n.º 2 - Loja A - 2695-728 São João da Talha
Tel. 219 559 154 e-mail: geral@matrizradical.pt
Tiragem: 200 Exemplares

Sumário

Fragmentapresentação	
Alfredo Natal e Amaro da Silva.....	4
Olimpiadas Nacionais e Internacionais de Filosofia 2014	
Alfredo Natal e Amaro da Silva	5
A Existência de Deus é Compatível com a Existência do Mal?	
Maria Beatriz Correia Santos.....	7
A Existência de Deus é Compatível com a Existência do Mal?	
João Filipe Quintas Madeira.....	13
Farejando Incertamente o Caminho	
Pedro Afonso Moes Bruno.....	20
Fundamentos da Decisão Ética	
Marta Capaz.....	26
Reflexão em torno de um “Dilema Ético”	
Duarte Machado.....	29
Livre-Arbitrio	
Mariana Franco	31
Ceticismo	
Simão Godinho	37
Como é que o Filme «Matrix» se Relaciona com a Filosofia?	
Catarina Ribeiro	39
Imortalidade	
Ricardo Saraiva	43
Uma Questão de Sorte	
Gonçalo Naves.....	44
O Nome da Rosa:	
A Filosofia Escondida por detrás dos Crimes de uma Abadia Beneditina	
Mira Zagorova.....	46
A Sede Insana do Mundo	
Maria de Lemos Toscano.....	48
Polónia Ocupada pelo Preconceito	
Catarina Monteiro	50
O Equilíbrio entre a Memória e o Esquecimento	
Cláudia Silva	52
A Música, os Processos da Mente e a Sociedade	
Sara Brito	53
Anormalmente falando e a Coadocção Homossexual	
Filipa de Matos	54
Borderline	
Beatriz Viana.....	56



Mariana Elias

Director:

Amaro Carvalho da Silva

Conselho Editorial:

Professores de Filosofia e Psicologia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Coordenadores:

Amaro Carvalho da Silva
Alfredo Azevedo Natal
Gertrudes Santos

Coordenadores Sectoriais:

Amaro da Silva
Ana Goulart
Paula Pires



Andreia Sousa



Inês Coelho

FRAGMENTAPRESENTAÇÃO

Amaro da Silva e Alfredo Natal

Este é o sexto número da nossa revista Fragmente. É de sublinhar este facto pois já são seis anos de uma publicação, sem interrupções, uma continuidade ilustradora da persistência de um núcleo de professores dedicados, boa participação dos alunos e, mais recentemente, de bom enquadramento com as Olimpíadas Nacionais e Internacionais de Filosofia. Esta relação da Fragmente com as Olimpíadas de Filosofia tem favorecido ambas as iniciativas. Por um lado a Fragmente apresenta textos com arbitragem científica (referee) de um júri nacional e por outro lado, os laureados nas Olimpíadas têm uma oportunidade de divulgação dos seus textos na nossa revista.

A ocasião permite também começar a olhar para trás, para o passado e para o caminho percorrido. E quão trabalhoso e belo foi ele! De algum amadorismo (e voluntarismo!) inicial, foi-se passando para um patamar mais sério, não só com um grafismo cada vez mais cuidado mas também para a maior responsabilidade de um registo da própria revista!

Edições houve com maior incidência na Psicologia e outras na Filosofia mas, a intenção inicial dos promotores mantém-se! Uma revista de Filosofia e Psicologia, com trabalhos realizados pelos nossos alunos, em que os professores só “olham” para o rigor dos textos, em virtude do uso correto de conceitos e da dignidade do discurso!

O presente número da Fragmente, como é da sua natureza, apresenta textos de Filosofia e de Psicologia. O número inicia-se com uma notícia das “III Olimpíadas Nacionais de Filosofia 2014” que este ano decorreram na Escola Secundária de Paços de Ferreira nos dias 7 e 8 de março. Em seguida publicam-se os textos dos três alunos medalhados, os dois primeiros com presença assegurada nas Olimpíadas Internacionais de Filosofia a realizar em Vilnius (Lituânia) nos dias 15 a 18 de maio. São os três melhores textos que foram selecionados por um júri alargado de professores de Filosofia de variadas escolas secundárias do país e por uma Comissão Científica composta por Professores da Universidade. São três textos que merecem a nossa atenção e consideração. Depois aparecem os textos produzidos na nossa escola no âmbito da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais 2014 e, de seguida, publica-se o texto premiado de Mariana Franco no Concurso Filosófico ESMVC 2013. A finalizar os “Fragmentos de Filosofia” publicam-se outros textos de Filosofia ligados aos trabalhos escolares. Digamos que da produção de textos para as Olimpíadas passamos para os produzidos no contexto e por sugestão da sala de aula. Para melhor apresentação inicial, podemos indicar os principais temas e problemas: Compatibilidade entre a existência de Deus e a existência do Mal, a questão da Imortalidade, o problema do Conhecimento e a possibilidade da Verdade, confronto entre Sonho e Realidade, Ceticismo e Teorias do Conhecimento, Teorias Éticas e Dilemas Morais, Determinismo e Liberdade, Atitude e/ou sorte e O Nome da Rosa e os problemas da Investigação e da Intolerância Religiosa. Portanto, aqui estão focados problemas das principais domínios da Filosofia, desde a Gnoseologia à Ética.

Quanto aos “Fragmentos de Psicologia” publicamos um belíssimo conjunto de textos sobre diversos problemas muito atuais e quase todos centrados nas questões da Mente. Questões de Memória e Esquecimento, confronto e complemento de “cérebro racional” e “cérebro emocional”, questões de Transtorno de Personalidade Borderline, até questões de preconceito numa Polónia ocupada, adoção homossexual e importância da Música no desenvolvimento da Mente.

Quanto ao grafismo, ilustração e conceção da capa, seguimos as linhas principais do número anterior pois continuamos com a preciosa colaboração do professor João Soares Santos, uma ajuda que se tem revelado muito importante.

Mas, não nos iludamos! É muito difícil e custoso conseguir publicar a Fragmente! O presente número da Fragmente só foi possível, em virtude do louvável apoio da Direção da Escola, na pessoa da sua Diretora, Dr.ª Fátima Lopes, e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da ESMVC (APESMVC).

Mas, mais uma vez, e pela primavera, cá está a nova Fragmente. A sexta!

Lisboa, maio 2014

OLIMPÍADAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE FILOSOFIA 2014

Alfredo Natal e Amaro da Silva

Promovida pela PROSOFOS (Associação para a Promoção da Filosofia), nos dias 7 e 8 de março do presente ano decorreu, na Escola Secundária de Paços de Ferreira, a Terceira Olimpíada Nacional de Filosofia (III ONF 2014).

Nela se inscreveram 39 escolas:

Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal,
Agrupamento de Escolas de Castro Daire,
Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques (Vila das Aves),
Agrupamento de Escolas Ibn Mucana (Alcabideche),
Agrupamento de Escolas Monte da Lua (Sintra),
Agrupamento de Escolas de Porto de Mós,
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda (Braga),
Agrupamento de Escolas da Sertã,
Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo (Santo Tirso),
Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa,
Colégio Cedros (Vila Nova de Gaia),
Colégio Guadalupe (Corroios),
Colégio da Imaculada Conceição (Coimbra),
Colégio Luso-francês (Porto),
Colégio Pedro Arrupe (Lisboa),
Cooperativa de Ensino Didáxis (Vila Nova de Famalicão),
Escola Artística António Arroio (Lisboa),
Escola Secundária Adolfo Portela (Águeda),
Escola Secundária Camilo Castelo Branco (Vila Nova de Famalicão),
Escola Secundária de Camões (Lisboa),
Escola Secundária de Cantanhede,
Escola Secundária do Cartaxo,
Escola Secundária Damião Goes (Alenquer),
Escola Secundária Dona Inês de Castro (Alcobaça),
Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém),
Escola Secundária Eça de Queirós (Póvoa de Varzim),
Escola Secundária de Ermesinde,
Escola Secundária de Felgueiras,
Escola Secundária Fernão de Magalhães (Chaves),
Escola Secundária Francisco de Holanda (Guimarães),
Escola Secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves (Vila Nova de Gaia),
Escola Secundária José Saramago (Mafra),
Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa),
Escola Secundária de Montemor-o-Novo,
Escola Secundária de Paços de Ferreira,
Escola Secundária Rainha D. Amélia (Lisboa),
Escola Secundária do Restelo (Lisboa),
Escola Secundária Soares Bastos (Oliveira de Azeméis) e
St. Peter's School (Palmela).

Apesar de inscritas, as Escolas Secundárias de Felgueiras e Dona Inês de Castro (Alcobaça) não compareceram, pelo que, feitas as contas, participaram efetivamente 37 escolas, 45 professores e 71 alunos.

A Comissão Organizadora desta III ONF 2014 era constituída pelos professores Domingos Correia, Anabela Neves, Maria Alcina Dias, Manuel Valongueiro, António Barbosa da Cunha, António Emanuel Guimarães e Celestina Maria Gomes e Silva, sendo que os quatro tópicos apresentados aos alunos para a produção dos seus ensaios foram os seguintes:

- 1 – Há valores absolutos?
- 2 – A existência de Deus é compatível com a existência do mal?



Francisca Haour



Silvia Mendes



Os 3 medalhados, acompanhados pelas professoras.

3 – «Os filósofos tentaram sempre mostrar que não éramos como os outros animais, farejando incertamente o caminho a tomar no mundo. Contudo, depois de todos os esforços de Platão e Espinosa, de Descartes e de Bertrand Russell, não temos mais razão do que os outros animais para crermos que o sol nascerá amanhã.» (John Gray)

4 - «Creio que [o valor da Filosofia] é muito importante no mundo atual. Primeiro, porque [...] nos lembra constantemente que há problemas de uma magnitude e importância enormes que a ciência, pelo menos para já, não pode resolver, e faz-nos compreender também que o ponto de vista científico, por si só, não é suficiente.» (Bertrand Russell)

O Programa para dois dias de Olimpíadas, teve a seguinte apresentação:
O desenvolvimento dos trabalhos decorreu de acordo com o programa acima indicado encar-

7 de março – Sexta-feira	8 de março – Sábado
13.45 – Receção 14.00 – Cerimónia de abertura 14.30 – Alunos: Realização da prova em língua portuguesa 14.45 – Professores: Workshop de avaliação 16.00 – Comunicações: 1)Da sala de aula às redes sociais; 2)A existência é um predicado? (Prof. João Branquinho) 18.00 – Professores: Avaliação das provas em língua portuguesa (1ªfase) – Alunos: Reencontro 20.30 – Jantar 21.30 – “Pessoa somos todos” - Grupo Máscaras 23.00 – Distribuição dos alunos pelas famílias hospedeiras	9.00 – Pequeno-almoço 9.45 – Alunos: Reunião Professores: Avaliação das provas em língua portuguesa (2ªfase) 10.15 – Alunos: Visita guiada ao Mosteiro de Ferreira 11.20 – Alunos: Visita guiada ao Museu e Citânia de Sanfins 12.00 – Comissão Científica: Avaliação 12.30 – Almoço 14.00 – Alunos: Workshops filosóficos e realização das provas em língua estrangeira 14.30 – Professores: Visita guiada ao Museu e Citânia de Sanfins 15.30 – Professores: Avaliação das provas em língua estrangeira 16.30 – Divulgação dos resultados e cerimónia de encerramento

regando-se a Comissão Científica, constituída pelos professores doutores António Rocha Martins, Bernhard Sylla, João Branquinho e Pedro M. S. Alves, de escolher os melhores. Assim, os prémios atribuídos nesta terceira edição das Olimpíadas foram os seguintes:

Medalha de ouro – Maria Beatriz Correia Santos (Agrupamento de Escolas Ibn Mucana);
Medalha de prata – João Filipe Quintas Madeira (Escola Secundária Dr. Ginestal Machado);
Medalha de bronze – Pedro Afonso Moes Bruno (Escola Secundária Rainha D. Amélia);
Menções honrosas para Ana Margarida G. Sobral Simões (Escola Secundária de Cantanhede), Beatriz Reis F. Ramos Lopes (Escola Secundária de Montemor-o-Novo), Diana Barros Francês (Escola Secundária de Camões), Gisela Sousa Ferreira (Escola Secundária Adolfo Portela), Hugo Ferreira Luzio (Agrupamento de Escolas do Monte da Lua), Maria Vitorino Batista (Escola Secundária Dr. Ginestal Machado) e Pedro José Mendes dos Santos (Escola Secundária Eça de Queirós).

Quanto à avaliação da III ONF 2014, e atendendo ao questionário de satisfação a que responderam 91 participantes, ficamos a saber que 88% deles consideraram terem sido alcançados os objetivos de forma muito positiva e 82% consideraram que os resultados atingiram o patamar mais elevado. As atividades preferidas são os “workshops”, a realização das provas, para os alunos, e a sua classificação, para os professores. No inquérito de satisfação dos alunos destaca-se a ideia de que as Olimpíadas de Filosofia deveriam apresentar mais atividades filosóficas. Ficou determinado que os representantes de Portugal na XXII Olimpíada Internacional 2014, a realizar nos dias 15 a 18 de maio, em Vilnius (Lituânia), seriam os dois primeiros classificados (medalhas de ouro e prata) das Olimpíadas Nacionais.

Estes alunos serão acompanhados pelos professores Domingos Correia e Anabela Neves (ESMAVC) que também farão parte do júri internacional.

Notícias de última hora indicam que estes dois alunos, em Vilnius, alcançaram uma medalha de prata cada um. Duas medalhas de prata! Muitos parabéns à Beatriz e ao João.

Lisboa, maio de 2014.



Os vencedores das Menções Honrosas (1 aluna em falta)

José Gonçalves e Sofia Fernandes



A Existência de Deus é Compatível com a Existência do Mal?

Sendo sumamente bom, Deus não permitiria a existência de mal; sendo onnisciente saberia que dotar o homem com livre arbítrio seria criar um mundo com mal (o que implicaria uma contradição entre a sua condição de sumamente bom e de onnisciência); sendo onnipotente seria capaz de criar um mundo onde não existisse mal.

Maria Beatriz Correia Santos

Ensaio Medalha de Ouro da III Olimpíada Nacional de Filosofia 2014.
Tópico do ensaio: “A existência de Deus é compatível com a existência do mal?”

Introdução

Um mundo sem Deus é um mundo com mal.

Ao longo deste ensaio defenderei que a existência de Deus é incompatível com a existência do mal. Para tal, é necessário, como é característico da Filosofia, começar por questionar vários aspetos. Primeiramente é imprescindível analisar cuidadosamente a pergunta colocada, dividindo-a nas seguintes partes:

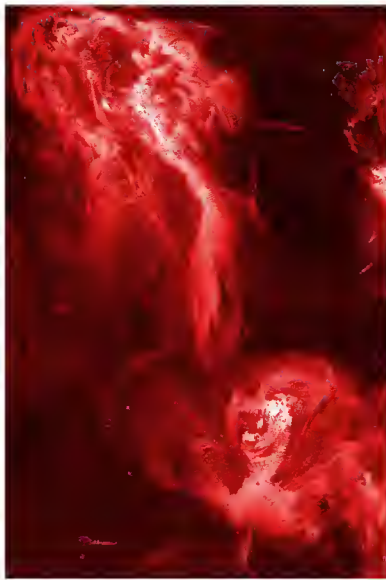
O que é necessário para que x seja compatível com y?

Como definir “Deus”? Como definir “mal”?

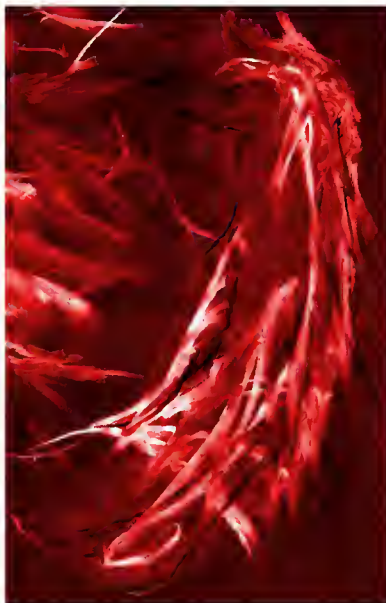
Depois de esclarecida a questão semântica, analisarei o problema do mal e, seguidamente, o problema lógico do mal, formulado por Alvin Plantinga, tentando corroborar o primeiro e refutar o segundo, mostrando que as premissas propostas por Plantinga não são condição suficiente para provar que é possível existir mal num mundo onde Deus existe. Analisarei também a hipótese dos vários mundos possíveis, tentando provar que, segundo a condição de Deus que apresentarei, seria incongruente que Deus não conseguisse criar um mundo melhor que o atual. Por último, apresentarei a minha argumentação acerca do problema do livre arbítrio como justificação para o problema do mal, defendendo que este não prova que a existência de Deus é compatível com a existência de mal.



Mafalda Nunes



Sofia Fernandes



Irina Ribeiro

Compreensão dos conceitos

O que é necessário para que x seja compatível com y ?

O conceito chave desta frase é “compatível”. O que significa afirmar que x é compatível com y ? Ao longo do ensaio usarei o termo “compatível” com o seguinte significado: se x é compatível com y , então x e y podem ocorrer simultaneamente sem que entre estes haja, necessariamente, uma contradição. Ou seja, afirmar que a minha paixão por filosofia é compatível com o meu gosto por neurociência significa que posso ter uma paixão por filosofia e, simultaneamente, adorar neurociência, não existindo uma contradição entre estas duas situações.

Como definir “Deus”?

Ao longo deste ensaio utilizarei a definição clássica de Deus, o Deus dos teístas, ou seja, um Deus sumamente Bom, onisciente e onipotente. Desta forma, o Deus teísta, sendo sumamente Bom maximiza sempre o bem, sendo onisciente tem conhecimento de tudo o que ocorreu, ocorre e ocorrerá e, por último, sendo onipotente, tem a capacidade de realizar toda e qualquer ação, sem exceção.

Como definir “mal”?

A que nos referimos quando proferimos juízos de valor tais como “O João teve uma má atitude.”? Qual é o significado do adjetivo “má”? Defino mal como a ausência de bem, ou seja, defino mal como o contrário de bem. Ou seja, se por bem entendo toda e qualquer ação ou situação de que resulta um saldo positivo, contribuindo para a felicidade e prazer dos indivíduos em questão, o mal será, por contradição, definido como toda e qualquer ação ou situação de que resulta um saldo negativo, contribuindo para a infelicidade e dor dos indivíduos em questão.

O problema (lógico) do mal

O problema do mal é há centenas de anos discutido e reformulado na comunidade filosófica. Muitos o acharam condição suficiente para provar a incompatibilidade da existência de Deus e da existência do mal, muitos outros apenas o acharam uma condição necessária (mas não suficiente) e ainda outros o consideraram um argumento inválido.

Primeiramente, irei expor o problema do mal e seguidamente apresentar a minha própria visão acerca deste, utilizando as definições supramencionadas.

Uma possível apresentação do problema do mal é a seguinte:

Argumento 1

Premissa (1) – Se Deus é sumamente bom, onisciente e onipotente, o mal não pode existir.

Premissa (2) – O mal existe.

Conclusão – Logo, Deus não é sumamente bom, onisciente e onipotente.

O que podemos concluir? Se se negam os traços caracterizadores do Deus dos teístas, então não é possível que este seja efetivamente o Deus dos teístas. Ou seja, ou o Deus dos teístas não existe se existe mal, ou o Deus que existe é radicalmente diferente do Deus dos teístas (não poderia ser sumamente bom, onisciente e onipotente). Ora, como inicialmente referi no início do meu ensaio, caracterizo Deus exatamente como os teístas o fazem, logo a última opção fica excluída, restando apenas a primeira: existindo mal, Deus não pode existir.¹ Retomando a minha definição de compatibilidade - se x é compatível com y , então x e y podem ocorrer simultaneamente sem que entre estes haja, necessariamente, uma contradição – e substituindo x por existência de Deus e y por existência do mal, acabamos com a seguinte afirmação: Se a existência de Deus é compatível com a existência do mal, então a existência de Deus e a existência do mal podem ocorrer

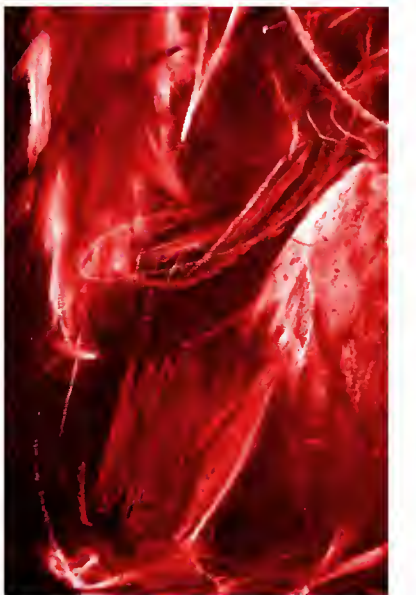
simultaneamente sem que entre estes haja, necessariamente, uma contradição. O que acabámos de constatar? Que esta afirmação está em plena contradição com o argumento 1: Existindo mal, não é possível que o Deus teísta exista. Assim sendo, a existência de Deus é incompatível com a existência do mal.

Será que poderia terminar aqui o meu ensaio, dando como resposta final o que acima referi? De todo, há ainda vários aspetos relevantes a serem questionados e dignos de uma avaliação cuidada, como pressupõe a atividade filosófica. Por exemplo, podemos pôr em causa a veracidade da premissa (1) e da premissa (2). Talvez o mal possa existir se não se conservar uma definição tão estreita do conceito de Deus, talvez Este não tenha de ser apresentado como sumamente bom, onisciente e onipotente (ou seja, como o Deus dos teístas). Esta linha de raciocínio é válida.

No entanto, como já referi, não envergarei por essa via, uma vez que a minha definição de Deus, para os efeitos deste ensaio, é a do Deus teísta. Analisemos então a premissa (2). Será que o mal existe mesmo? Ou seja, retomando a definição, será que existe efetivamente uma ação ou situação da qual resulta um saldo negativo, contribuindo para a infelicidade e dor dos indivíduos em questão? Empiricamente, parece-me inegável afirmar que existem, de facto, ações que participam desta condição. Por exemplo, o holocausto não foi de facto uma situação da qual resultou um saldo negativo, contribuindo para a infelicidade e dor dos indivíduos em questão? Estou ciente que é necessário ter em conta o sistema moral que na altura vigorava e, para além disso, indagar se existem ou não valores morais absolutos (e.g. é sempre mau matar alguém). No entanto, tomarei o valor moral “É sempre mau matar alguém” como absoluto, de forma a poder continuar com a minha argumentação. Assim sendo, torna-se absurdo afirmar que não existe mal, quando o exemplo supramencionado, pela minha definição de mal, prova exatamente o contrário. Não obstante, o filósofo Alvin Plantinga formulou o problema lógico do mal, de forma a tentar, não negar a existência de mal, mas atribuir a sua existência não ao Deus teísta mas a fatores externos. Numa formulação um pouco rabiscada do mesmo argumento, é possível afirmar que Plantinga defende que a existência de Deus é compatível com a existência do mal, uma vez que o mal é causado por forças externas, como, por exemplo, o diabo. Por exemplo, como justificar a ocorrência de tsunamis que devastam povoações inteiras se Deus, sendo onipotente, poderia preveni-los? Plantinga argumenta que tais fenómenos são causados por um ser intrinsecamente mau, por exemplo, o diabo, sobre o qual Deus não tem controlo. O problema lógico do mal é, sem dúvida, muito mais complexo do que a forma como o apresento. No entanto, considero importante referir que mesmo que Plantinga resolva o problema da compatibilidade de existência de Deus com a existência de mal, só o faz, como o nome do problema indica, logicamente. Ou seja, para a conclusão (a existência de Deus é compatível com a existência do mal) ser deduzida validamente não é necessário que as premissas sejam verdadeiras (e.g. é muito discutível a possível existência de um diabo). Assim sendo, a conclusão é deduzida de forma válida, mas poderemos realmente afirmar que o argumento é sólido? Não creio que o possamos fazer, uma vez que a conclusão deriva de premissas muito duvidosas. Desta forma, será que já consegui provar que a existência de Deus é incompatível com a existência de mal? É prudente analisar a questão mais a fundo, tentando clarificar ao máximo a minha argumentação. Para isso, analise-se agora a hipótese da existência de vários mundos.



Vilma Ferreira



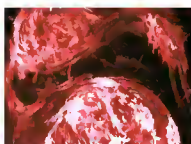
Vilma Ferreira



Afonso Sanchez



José Gonçalves



José Gonçalves

A hipótese da existência de vários mundos

Imagine-se o seguinte cenário: Deus, sumamente bom, onisciente e onipotente, antes de criar este mundo, tem possibilidade de escolher, ou seja, existem múltiplos mundos possíveis com a potencialidade de serem criados. Por que razão foi precisamente este a ser criado? Sendo Deus sumamente bom, deduz-se que decidiu criar este mundo porque era aquele promovido de maior bem e aquele que traria a melhor vida possível aqueles que, sendo por ele criados, o habitariam. Talvez Deus tenha escolhido criar este mundo porque, apesar de ocorrerem tsunamis e tremores de terras, e até genocídios, este mundo era a melhor hipótese de entre as que tinha à sua disposição. Este argumento parece provar que Deus pode existir e, mesmo assim, existir mal: existe efetivamente mal, mas é o menor de todos os males. Será que acabei de refutar a minha própria argumentação? Olhemos com mais cuidado para o problema e para a forma como nos é apresentado. O Deus considerado é o Deus teísta: sumamente bom, onisciente e onipotente. Ora, sendo onipotente não lhe seria possível criar um mundo em que não existisse mal de todo, um mundo melhor que o atual? Responder negativamente à questão implica, necessariamente, admitir que Deus não é onipotente. E se Deus não é onipotente, não pode ser o Deus dos teístas. Como é Este que está em questão, resta-nos deduzir, uma vez mais, que a existência de Deus não é compatível com a existência de mal. Da mesma forma, responder afirmativamente a esta questão implicaria chegar à mesma conclusão: se Deus, sendo onipotente, tem a capacidade de criar um mundo em que não existe mal e não o faz então não pode ser sumamente bom. Como acima referido, esta contradição leva à conclusão que a existência de Deus é incompatível com a existência de mal.

Mas não nos demos já por satisfeitos. Falta analisar um ponto fulcral e, talvez, aquele de que resulta maior discordância: o problema do livre-arbítrio.

O problema do livre-arbítrio

O problema que aqui se coloca é o seguinte:

Sendo Deus sumamente bom, onisciente e onipotente, teria a capacidade de atribuir aos homens livre-arbítrio. Sendo os homens dotados de livre-arbítrio, as suas ações seriam por eles causadas e, consequentemente, estes seriam moralmente responsáveis pelas suas consequências. Ou seja, se Deus atribuiu aos homens livre-arbítrio, então quando estes escolhem agir de forma a que das suas ações resulte um saldo negativo, contribuindo para infelicidade e dor dos indivíduos em questão, a responsabilidade da existência de mal recai sobre os homens, ficando o problema do mal resolvido. Esta parece uma forma perspicaz de tornar Deus "livre de culpas". Mas será que esta argumentação é válida?

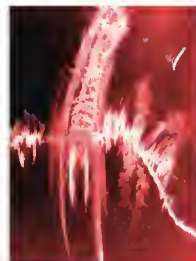
Comecemos por dividir o problema das suas partes constituintes. Primeiramente, o que se entende por livre-arbítrio? Para efeitos de uma argumentação mais clara, definirei livre-arbítrio como "A capacidade que um indivíduo tem de agir de acordo com a sua vontade, nunca sendo coagido, podendo ter agido de outra forma se assim o quisesse.". Clarifiquemos a minha definição deste conceito imaginando a seguinte situação:

João está a passear pela rua, a conversar com os seus botões. De repente sente uma vontade extrema de comer um gelado. Coloca a mão no bolso e verifica se tem um não dinheiro para comprar o gelado que quer. Apercebendo-se que sim, dirige-se à loja dos gelados e compra um. Deliciado, continua o seu passeio.

Será que a ação de João foi livre, segundo a minha definição? Vejamos: João comprou o gelado porque o quis, ou seja, agiu em conformidade com a sua vontade? Sim, sentindo vontade de comer o gelado, comprou-o - porque o quis fazer; João podia ter agido de outra forma? Parece claro que sim: por exemplo, se achasse que não devia comer o gelado porque estava de dieta, então não o teria feito - comeu o gelado, porque quis, mas podia não o ter feito; João foi coagido a comer o gelado? Não foi o que sucedeu: o João comeu o gelado de livre vontade sem que nenhum fator externo o tivesse coagido a fazer tal coisa (como, por exemplo, ser-lhe dito por alguém que se não comesse o gelado seria brutalmente agredido).

Assim sendo, se Deus dotou os homens de livre-arbítrio, então estes conseguem realizar ações de acordo com a sua vontade, podendo agir de outra forma se assim o quisessem, não sendo coagidos a realizar essa mesma ação. Se os homens são capazes, como João, de decidir comer um gelado, também são capazes de, livremente, decidir cometer o homicídio em massa de Judeus ou de assaltar um banco, ações de que resulta um saldo negativo, contribuindo para a infelicidade e dor dos indivíduos em questão - dotados de livre-arbítrio, os homens são capazes de praticar o mal.

E em que medida é que podemos ser moralmente responsáveis pelas nossas ações? Segundo a minha conceção de responsabilidade moral, um indivíduo x só pode ser moralmente responsável por uma ação se a tiver realizado de forma voluntária (com ausência de coação), de acordo com a sua vontade e, ao mesmo tempo, se pudesse ter agido de forma diferente daquela que realmente agiu - um indivíduo x só é moralmente responsável se agir livremente. Assim sendo, será que a responsabilidade moral da existência de mal recai realmente sobre os homens? Para conseguir responder a esta questão é necessário recuar um pouco, até às condições que este problema pressupõe. A condição que considero que tem de ser analisada é o facto de Deus ter dotado os homens de livre-arbítrio. Vejamos, ao dotar os homens de livre-arbítrio, Deus criou seres capazes de praticar o mal. Mas a situação inversa não seria também possível, visto ser Deus sumamente bom, onisciente e onipotente? Ou seja, não seria Deus capaz de dotar os homens de livre-arbítrio mas, ao mesmo tempo, esse livre-arbítrio ser de tal natureza que não incluiria a possibilidade de existência do mal? Este ponto de vista pode ser considerado ambíguo: será possível a existência de livre-arbítrio em que x ou y não é possível? Restringir as opções de escolha não é, necessariamente, influenciar a escolha e, consequentemente, negar o livre-arbítrio? Parece-me que é este o caso. No entanto, é ainda possível colocar outra questão: Se Deus é onisciente, saberia que, ao criar homens dotados de livre-arbítrio, estes acabariam por praticar o mal. Sendo sumamente bom, não poderia permitir que tal acontecesse e sendo onipotente poderia impedir que os homens fossem dotados de livre-arbítrio (impedindo assim a existência de mal). A que conclusão nos leva esta linha de pensamento? Precisamente, uma vez mais, a discordância entre a possibilidade de Deus ser caracterizado como os teístas o fazem e o mal existir. Esta relação paradoxal entre as características do Deus teísta lembra o paradoxo da pedra: Será possível que Deus crie uma pedra tão pesada que nem ele a consiga levantar? Sendo onipotente consegue criar uma pedra que satisfaça tais condições; no entanto, a sua condição de onipotência também o dotaria de capacidade de levantar tal pedra. No entanto, a ocorrência simultânea dos dois eventos implica, necessariamente, uma contradição (sendo por isso mesmo um paradoxo). O mesmo se verifica em relação à compatibilidade da existência de Deus e de mal: ou Deus não é o Deus teísta, e o problema teria de ser drasticamente reformulado, ou a existência de Deus é incompatível com a existência de mal.



Wilson Lopes



Ana Rita Santos



Ana Rita Santos

Conclusão

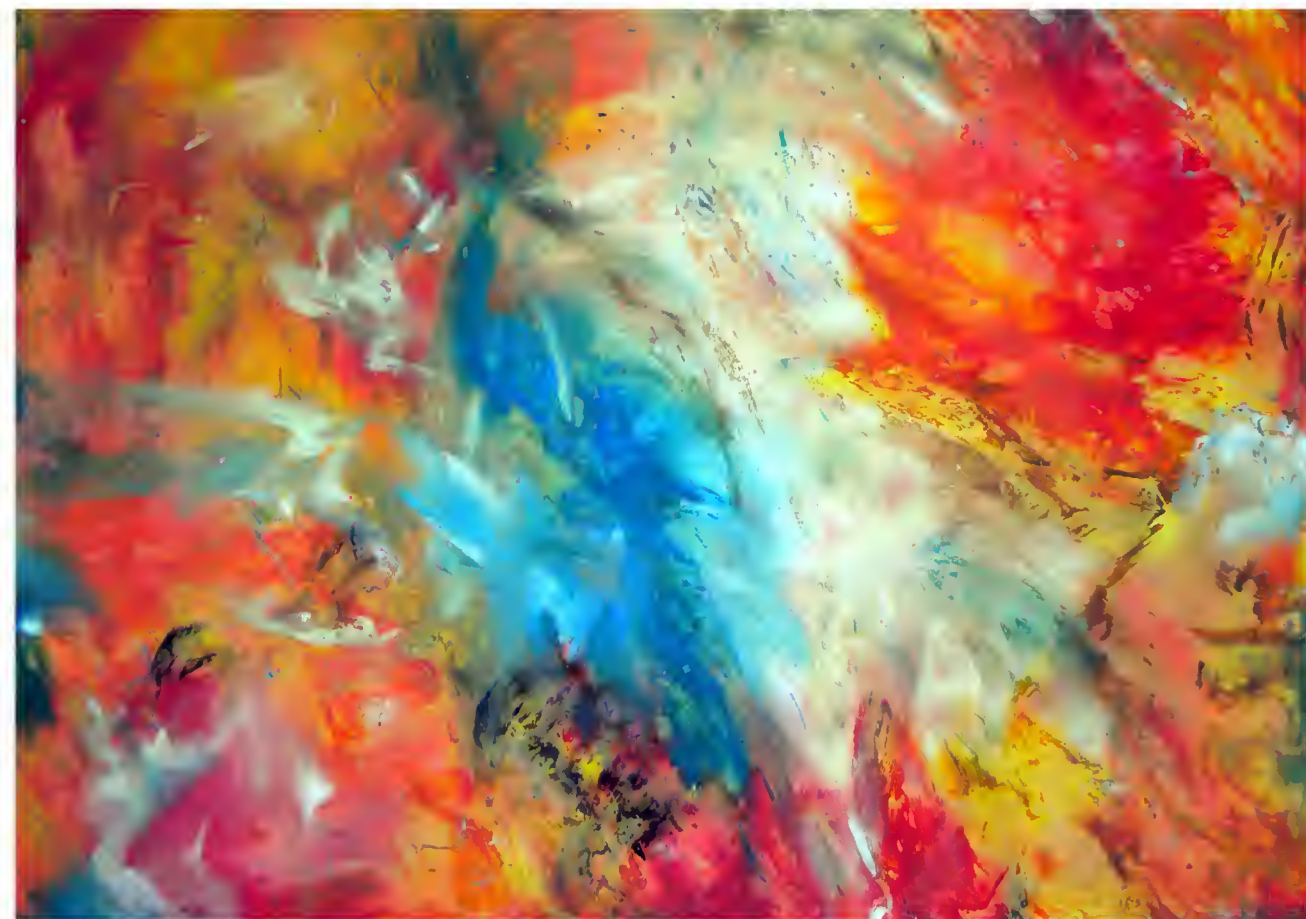
Ao longo deste ensaio tentei provar que a existência de Deus é incompatível com a existência de mal.

Concluo que ou o Deus em questão não é o Deus teísta, o que envolveria uma mudança extrema de cenário não só na discussão filosófica mas também na forma como os crentes encaram a religião e a vida, ou, caso contrário, a existência do Deus teísta é incompatível com a existência de mal, dado que a ocorrência simultânea da existência de Deus e do mal exige, necessariamente, uma contradição: sendo sumamente bom, Deus não permitiria a existência de mal; sendo onisciente saberia que dotar o homem com livre arbítrio seria criar um mundo com mal (o que implicaria uma contradição entre a sua condição de sumamente bom e de onisciência); sendo onipotente seria capaz de criar um mundo onde não existisse mal.

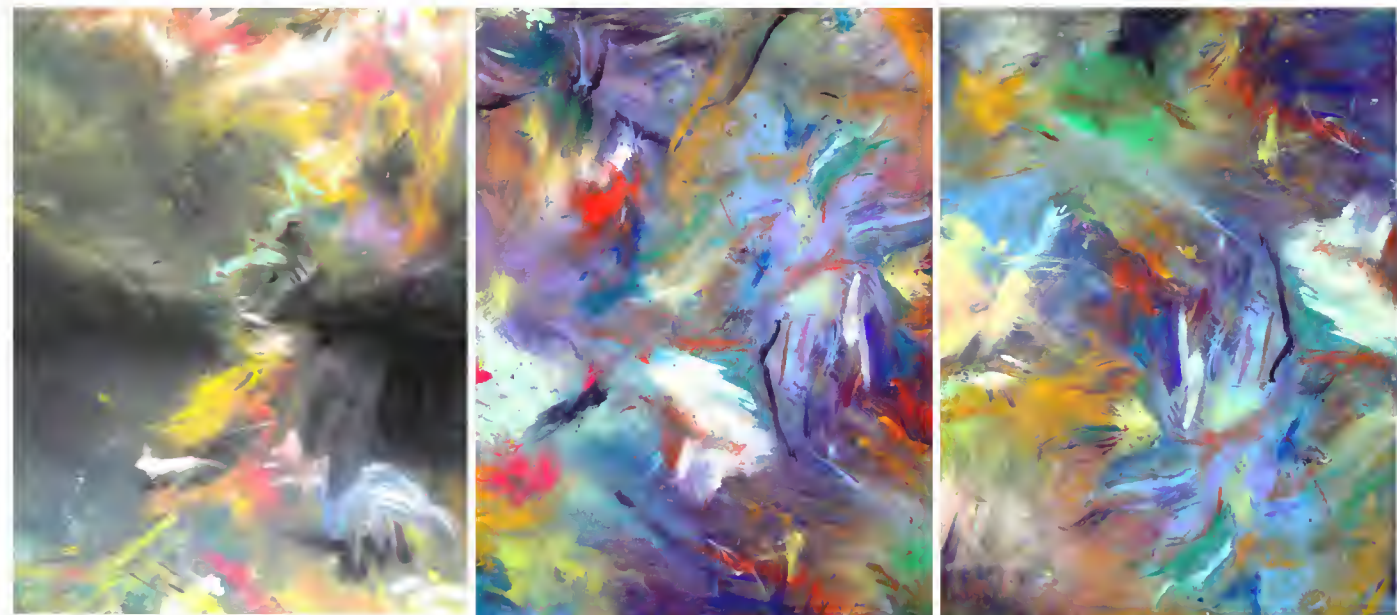
Assim sendo, a existência de Deus como o apresento não é, de facto, compatível com a existência de mal.

Notas:

1 - Para efeitos de clarificação, compreendo que este passo da minha argumentação é um pouco apressado, mas num ensaio de tão reduzida duração não me é possível argumentar a possível existência de um Deus com outras características, características essas compatíveis com a existência de mal. Desta forma, daqui em diante, argumentarei contra a possibilidade de compatibilidade entre a existência do Deus teísta e a existência do mal.



Ana Rita Santos



João Tacanho

O que é Deus? Deus parece ter de ser um ser livre e, até certo ponto, onisciente, onipotente e sumamente bom, mas como podemos conciliar estas quatro propriedades num único ser?

O que significa conceber Deus como o ser acima do qual nada pode ser pensado?

“A Existência de Deus é Compatível com a Existência do mal?”

João Filipe Quintas Madeira

Ensaio Medalha de Prata da III Olimpíada Nacional de Filosofia 2014.

Tópico do ensaio: “A existência de Deus é compatível com a existência do mal?”

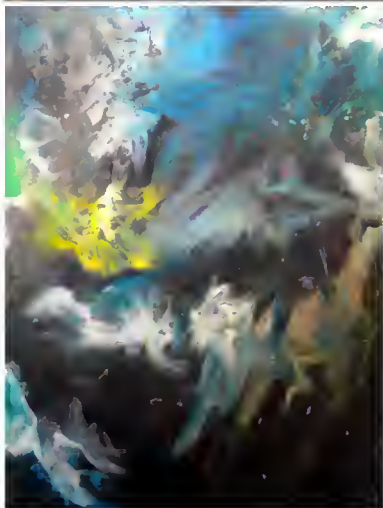
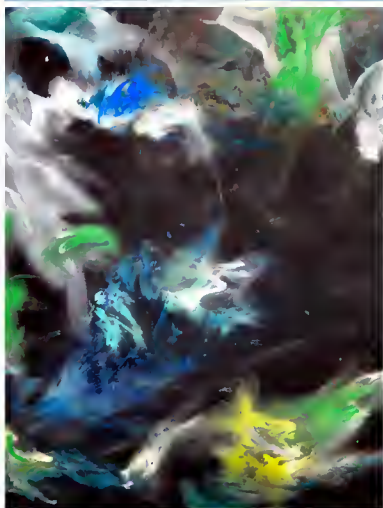
Neste ensaio filosófico vou debater de que forma é que a existência de Deus poderá ser compatível com a existência (aparente) de mal no nosso mundo, ou, melhor dizendo, da realidade que percecionamos, avaliando de que forma é que dois conceitos, aparentemente, contrários poderão coexistir, ou não.

Inicialmente, teremos de definir o que é Deus. Não podemos, como é óbvio, debater o problema de Deus sem definir o que é Deus. Assim, e com vista a simplificarmos o nosso raciocínio vamos começar por adotar uma visão teísta de Deus (sendo que posteriormente, talvez, acabemos por concluir da sua impossibilidade). Deus assume-se então como um ser onipotente, onisciente e sumamente bom.

Ora, esta definição, muito interessante, coloca, desde já, sérios problemas, nomeadamente no que entendemos pelos conceitos de onipotência e onisciência, dado que a suma bondade parece ser uma noção fácil de entender: um ser sumamente bom é um ser que deseja sempre e em quaisquer circunstâncias criar a maior felicidade possível (i.e. quer sempre o bem, que vamos entender como a ausência de dor e o máximo de prazer possível).



José Gonçalves



Ana Rita Santos

O que é a suma bondade entendemos nós, mas e a onnipotência? Bem, de acordo com a conceção tradicional de “ser onnipotente” podemos conceber um ser que é capaz de fazer tudo. Mas, questiona-se um ateuista, o que significa tudo? Pode Deus criar o impossível, por exemplo um círculo quadrado, ou um triângulo de quatro lados? Parece evidente que não, pois um triângulo de quatro lados não é um triângulo, mas antes um polígono (regular ou não) de quatro lados. Não existem triângulos de quatro lados, porque a partir do momento em que um triângulo passe a ter mais do que três lados deixa de ser um triângulo, passando a ser outra “coisa”. Então, parece possível concebermos que, nem mesmo um ser onnipotente, pode fazer tudo (no conceito tradicional do termo) porque existem ideias e noções que não podem ser violadas (nomeadamente, damos o exemplo de ideias inatas, derivadas apenas da experiência, como é o caso do Cogito, ou das leis matemáticas, dado estas terem um carácter universal e necessário. Quer isto dizer que nem mesmo Deus, como “ser onnipotente” pode, a título ilustrativo, criar uma coisa pensante que não exista ou criar universos onde um e um sejam três...). Assim, a fim de podermos discutir este problema, teremos de considerar a onnipotência como a possibilidade de fazer tudo o que é logicamente possível.

E a onisciência, interrogar-se-ão? O que é? Dado que voltaremos a este conceito brevemente, vamos assumir, por agora, que a onisciência se assume (simplesmente) como a possibilidade de saber tudo o que é possível.

Agora que definimos Deus, vamos abordar a possibilidade da sua existência, de acordo com o que, enquanto seres humanos, experienciamos, nomeadamente com o mal. Para o fazer, vamos recorrer a uma analogia (adaptada):

“Imagine que habita num orfanato, num quarto de um orfanato, para ser mais preciso. E imagine que as condições nesse local são horríveis. Pinga do teto, faz sempre muito frio, a cama é ferrugenta e está partida, o colchão tem molas a sair por buracos no tecido, a comida tem péssima qualidade e é parca, entre outras horríveis condições... Nesse quarto há uma daquelas janelas que, devido a fenómenos de reflexão e absorção da luz, apenas vêm para um lado, ou seja, apesar de você não conseguir ver o que está para lá dessa janela, o ser, ou indivíduo que habita do outro lado tem perfeita visibilidade sobre o quarto e é capaz de estar ciente das condições em que habita. Um dia, dizem-lhe, para seu grande espanto, que do outro lado do vidro habita, efetivamente, o diretor do orfanato que tem plena consciência do sofrimento atroz que passa. E acrescentam que o diretor tem capacidade e recursos para alterar a sua condição, para outras melhores, mais desejáveis. E terminam afirmando que o diretor apenas quer o seu melhor (...).” Apenas quer o seu melhor?! Aqui, o habitante do quarto, que por razões práticas, vamos imaginar que era eu, indigna-se. Diria então: o quê, diz-me que há um diretor que está do outro lado do vidro que sabe das minhas condições miseráveis, não as desejando (apenas deseja o melhor para mim), e é capaz de as mudar?! E, indignado perguntava, porquê é que não as mudou então? Está à espera do 30 de fevereiro, uma “sétima-feira”?

Questionemo-nos agora se eu tenho razões para estar indignado? Tendo em conta que habito em situações deploráveis, sabendo haver um agente exterior, conhecedor da minha realidade, capaz de a alterar e com vontade para isso, parece notório a existência de um absurdo nesta história, que dá razão à minha indignação... Se pode, sabe e deseja, porque é que não age?

Podemos considerar, apenas, então, que a realidade não é bem como me contaram: existe, pelo menos, uma das “coisas” que me contaram acerca do diretor que está, claramente, errada. Nas condições que relatámos, podemos assumir três possibilidades: o diretor sabe e consegue, mas não deseja; o diretor deseja e sabe, mas não pode; o diretor não sabe, mas poderia e desejaria (somos, aqui, forçados a mudar para o tempo condicional, dado o desconhecimento do diretor, que não possuindo conhecimento da “minha situação”, levar a que não a deseje alterar – o referido diretor tem a ilusão que está tudo bem).

Façamos agora a analogia com a realidade: até certo ponto parece ser evidente a existência de mal no mundo. Nós (em maior ou em menor grau) vivenciamos ou testemunhamos situações de “maldade”, que nos parecem despropositadas e desnecessárias. Temos a noção de situações em que a dor e infelicidade são enormes e, pior, evitáveis (podemos dar o exemplo das 35 milhões de crianças em trabalho escravo no mundo, ou o facto de mais de 200 milhões de pessoas viverem sem acesso diário a água potável, quando 0,1% das cem maiores fortunas do mundo bastariam para toda a população mundial ter acesso por três anos a água potável).

Assim, quanto nos dizem que existe um ser que é onnipotente (poderia alterar a realidade); onnisciente (sabe das condições da realidade); e sumamente bom (apenas deseja a melhor realidade possível); a alguns de nós custa-nos a aceitar tal facto, porque nos questionamos “se essa entidade existe, qual a razão de tanto mal no mundo?”, “Porque é que essa entidade, sendo capaz, não altera o Cosmos para que haja menos maldade e uma melhor realidade?”.

Estas questões são bastante pertinentes e legítimas, sendo que são a base do “Argumento do Mal”, apresentado por ateístas, para justificarem a impossibilidade da existência de Deus, no nosso Universo. De uma forma simplificada o argumento é o seguinte:

(Partindo do princípio que Deus tem as três propriedades anteriormente definidas e convencionadas); Deus, sendo onnipotente, é capaz de alterar a realidade; Deus, sendo onnisciente, sabe da existência evidente do mal; Deus, sendo sumamente bom, deseja a inexistência do mal; o mal existe; concluindo, de seguida: Deus não existe.

Deste modo, e apresentando o raciocínio tal como foi exposto, parece evidente que, prima facie, é impossível admitir a coexistência no mesmo Universo de uma entidade a que chamamos Deus, com a existência do mal. Mas será esta assunção tão linear, tão óbvia? Não, não é. Mesmo que à primeira vista nos pareça que este raciocínio é correto, não devemos cair no erro de, imediatamente, aceitá-lo.

De seguida, vamos então tentar mostrar se é que podemos (e peço desde já desculpa por ir utilizar uma linguagem menos prosaica) “fintar” o “Argumento do Mal”, tal como ele está formulado, e tentar provar a possibilidade de existirem, simultaneamente, Deus e mal.

Primeiramente, vamos começar por fazer uma análise de um argumento célebre, frequentemente utilizado por teístas que tentam justificar a sua crença em Deus, designado por “Argumento ontológico”. Este argumento, de uma forma resumida, é o seguinte:

Deus é o ser acima do qual nada pode ser pensado;

Um ser que exista tem mais propriedades que um ser que não o faça;

Um Deus que existe é maior que um Deus que não existe;

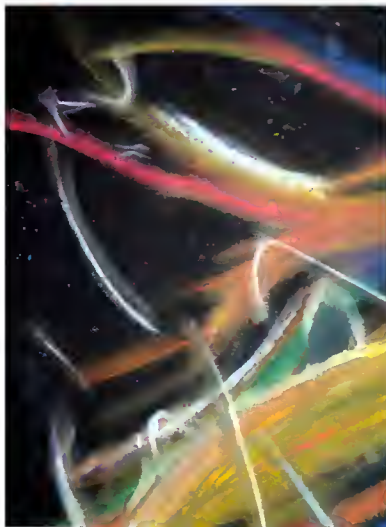
Deus existe.



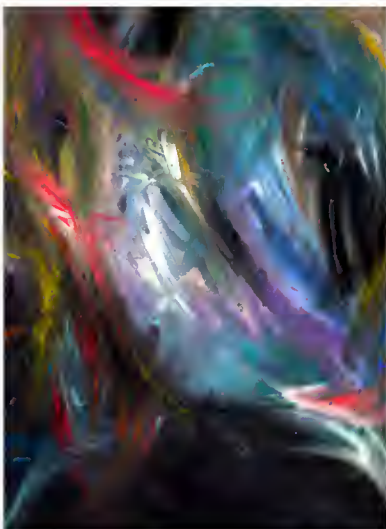
Francisco Fernandes



Joana Silva



Duarte Bonniz



Maria Beatriz Alves

Basicamente, é esta a ideia, se bem que não é o argumento, per si, que considero relevante da nossa análise, dado que facilmente é passível de objeção.

Efetivamente, poderíamos questionarmo-nos porque é que um ser que existe tem mais propriedades do que um ser que não o faça (i.e. poderíamos interrogarmo-nos se é a existência um predicado?), sendo que “só porque percecionamos a ilha perfeita” não quer dizer que esta exista.

Não! O que devemos considerar interessante para a nossa reflexão é a ideia de Deus, tal como proposta por Santo Anselmo (que, já agora, foi o autor do argumento): “Deus é o ser acima do qual nada pode ser pensado”.

Esta conceção de Deus, que engloba as três propriedades (no início deste ensaio) mencionadas, será agora alvo da nossa atenção filosófica.

O que significa conceber Deus como o ser acima do qual nada pode ser pensado? Parece que significa conceber Deus como o ser perfeito, o ser acima do qual está nada...

E agora, de que forma é que esta conceção altera a nossa percepção acerca do que entendemos por Deus?

Inicialmente, vamos questionar (sem entrar muito no tema, porque teríamos outro ensaio) se esta definição “obriga” Deus a ser livre? É o Deus, tal como proposto por Santo Anselmo, livre? Pensemos, é uma entidade livre maior do que uma entidade não-livre. Parece evidente que um ser que não esteja determinado é “maior” do que um ser limitado e coartado. Aliás, mais importante, podemos (de uma forma simples) conceber um ser livre, não logicamente impossível, sendo que este terá mais propriedades que um ser determinado por fatores externos (ou internos) ... Concluimos então que a liberdade, pelo menos, aparentemente, é uma propriedade de Deus, de acordo com o proposto por Santo Anselmo. Mas isto é problemático. Problemático, interrogar-se-á o leitor? Problemático, como? (E um ser que não tenha ainda raciocinado sobre esta questão, poderá ir até mais longe e afirmar: A mim sempre me pareceu que Deus seria livre... Aliás, é uma ideia que é evidente!)

A verdade é que existe um conflito entre as três iniciais propriedades de Deus (omnipotência, onisciência e suma bondade) e a aparente liberdade divina. Voltemos ao exemplo do diretor do orfanato (onde eu vivo). Imaginemos agora que esse senhor, conhecendo a minha situação, podendo alterá-la e desejando fazê-lo, concretiza-a, transformando o meu quarto num estúdio muito luxuoso, contratando um excelente chef e instalando um magnífico chão flutuante. (Que bom!) Mas a questão pertinente a colocar é – foi a sua ação livre? Bem, desejando fazê-lo (porque é característica do seu caráter desejar sempre o melhor para os habitantes do orfanato) e podendo fazê-lo, parece que não havia outra forma de agir. A sua personalidade determinou que o diretor melhorasse as minhas condições. Naquele momento, a vontade do agente (que neste caso é o diretor) faria com que escolhesse sempre a ação de melhorar as condições em que habitava. Mas se o diretor foi (digamos) obrigado a alterar o meu quarto, porque determinado pela sua vontade, foi livre? De acordo com a ideia tradicional de liberdade (que obriga o agente a ter cursos alternativos de ação, a não ser coartado, e a, nas mesmas condições em que escolheu A, podia ter escolhido B ou C) parece obrigatório concluir que o diretor não foi livre – foi “obrigado” a escolher pela sua personalidade.

Esta linha de raciocínio, não sendo muito evidente no caso de ações humanas, é (creio) mais perceptível quando a transpomos para a deidade. Assim, quando Deus tem várias opções de agir, porque sumamente bom, Ele ver-se-á sempre forçado a escolher o “caminho” que produzir maior bem. Deus não é livre de escolher, estando condicionado pelas suas propriedades.

Temos aqui de colocar uma ideia (parentética), pois poderá haver alguns filósofos que coloquem esta questão. Deus, sendo onipotente, não poderia recriar-se como um ser onipotente, onisciente, sumamente bom e livre? Bem, pelo que já concluímos, estas propriedades não parecem passíveis de coexistir, simultaneamente, no mesmo ser e dado que Deus apenas pode fazer o que é logicamente possível, Deus (e novamente, peço desde já desculpa pela utilização de uma linguagem mais popular) “está de mãos atadas”.

Retornando à nossa análise filosófica, temos de averiguar se a liberdade é necessária a Deus e, em caso afirmativo, então deduzimos que as três propriedades convencionadas na definição teísta de Deus são, em alguma medida incorretas e, de forma a “salvar” Deus, seremos obrigados a redefini-lo.

Pela forma que, até agora, expusemos as nossas ideias filosóficas e, utilizando a definição de Santo Anselmo, afigura-se-nos como evidente o facto de a liberdade ser uma propriedade que Deus tem de possuir.

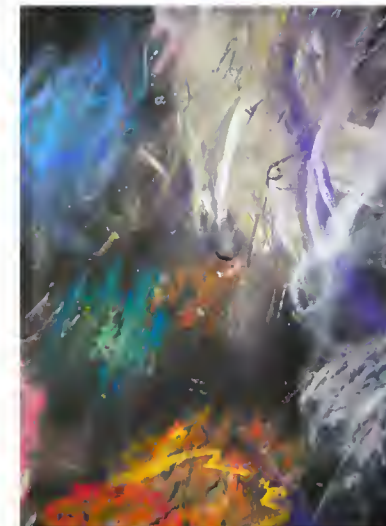
E, com isto, voltámos, ao ponto de partida: O que é Deus? Deus parece ter de ser um ser livre e, até certo ponto, onisciente, onipotente e sumamente bom, mas como podemos conciliar estas quatro propriedades num único ser?

Note-se que, se não conseguirmos, temos, até certo ponto o problema do mal resolvido: se Deus tem de, obrigatoriamente, de ser livre (é questionável, mas, simultaneamente, é uma das propriedades que mais intuitivamente atribuímos a Deus e que vamos, por agora supor como verdadeira) e, por ser uma entidade dotada de liberdade, não pode possuir, ao mesmo tempo, a (convencionada) onipotência, onisciência e suma bondade, então é possível inserir no mesmo Universo Deus e o mal.

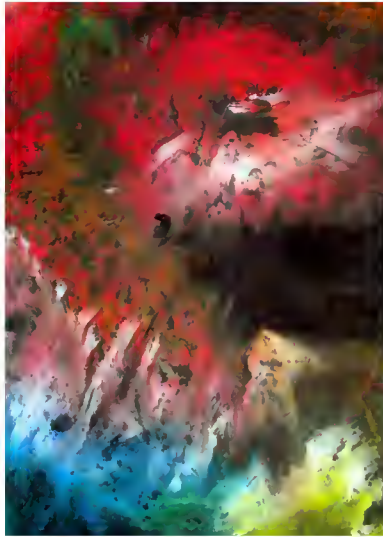
Não podemos, todavia, seguir, imediatamente, este raciocínio, principalmente porque pode haver uma forma de conciliar a “trindade das características divinas” com a liberdade.

Deste modo, existem vários filósofos que tentaram fazê-lo. Uma das formas conseguidas (com mais ou menos sucesso) resulta da aplicação do determinismo moderado a Deus. De uma forma breve, esta ideia filosófica propõe que um ser pode ser determinado e livre, através da redefinição de liberdade, que assumem como o cumprimento da vontade do agente (i.e. consideram que um ser livre é aquele que, tendo vários caminhos de ação, e podendo escolher qualquer um, o façam sem coerção e de acordo com a sua vontade, que terá causas, que serão determinadas). Propõe-se assim que, apesar de Deus ser forçado a escolher dada a sua “personalidade”, este executa sempre a sua vontade e então é livre, podendo a liberdade divina coexistir com as restantes propriedades. Existem, igualmente, filósofos que afirmam que Deus é livre, porque apesar de poder escolher fazer o mal Deus não o quer fazer. Explicitando melhor o seu raciocínio, esses filósofos afirmam que Deus, confrontado perante uma situação em que pudesse escolher fazer o máximo bem, o bem, o mal, entre outras hipóteses, apesar de o poder fazer, não o quer fazer. Deus não deseja o mal, apesar de nada o impedir de o concretizar (a ideia, apesar de semelhante à anterior, reside antes na linguagem do que na vontade do agente): poder realizar o mal, ele pode, mas nunca o quer fazer. Deus é livre de escolher entre o mal e o bem, mas porque dotado de suma bondade escolhe sempre o bem. Compreendamos que estas ideias, apesar de serem um pouco complexas, abrem a possibilidade de conciliar a onipotência, a onisciência, a suma bondade e a liberdade de Deus, pelo que voltamos ao mesmo problema. Pode Deus coexistir num Universo com Mal, como aparenta ser o nosso?

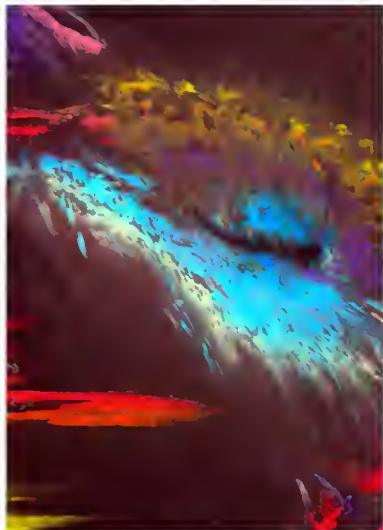
Existem, assim, filósofos que abordam este problema, de uma outra forma, nomeadamente, através do que vamos chamar “o problema dos mundos possíveis”.



Andressa Meicasa



Sara Monteiro Santos



Wilson Lopes

Efetivamente, ao formular o “Argumento do Mal”, os filósofos expressam, implicitamente, uma premissa, que se assume como sendo “existem alternativas melhores a esta”. Se assim não fosse, facilmente concluiríamos que Deus escolheu a melhor realidade possível para nós e, como tal, está conforme à sua “personalidade”.

Contudo, dir-nos-ão alguns ateístas ou outros menos crentes em Deus, será que esta é a única realidade possível.

De forma a simplificarmos o nosso raciocínio, comecemos por fazer a análise de uma forma lógica: é esta realidade a única logicamente possível?

A esta questão a resposta parece evidente. Penso que, todos nós, facilmente concebemos outras realidades sem nada de logicamente possíveis nelas...

Surge então a pergunta: é esta a melhor realidade logicamente possível?

Novamente a esta questão a resposta parece evidente: também não. Sem qualquer dificuldade podemos conceber realidades melhores que esta – imaginemos um universo onde a fruição da obra de Beethoven era o que dava o maior prazer aos habitantes desse planeta, sendo que esses indivíduos, durante todo o dia apenas ouviam as sinfonias do grande mestre da música clássica, começando na 1ª e acabando na 9ª. Todo o dia, ad eterno... Que maravilhoso mundo seria esse, para os seus habitantes. É logicamente impossível? Não, não é.

A evidência de que é possível existirem outros mundos, melhores que o nosso, coloca em causa a argumentação teísta de que sofremos mal, mas este é necessário para a máxima felicidade cósmica (e estamos a supor Deus como um seguidor de éticas consequencialistas, facto dúbio) – alguns teístas tentam justificar o mal como uma necessidade, sendo que apenas Deus entende porquê, dado ser dotado de conhecimento do que houve, há e haverá, na sua totalidade. É, afirmam, como um quadro gigante, vendo nós apenas um pedacito minúsculo, menos ao cantinho esquerdo e apenas Deus, porque transcendente e dotado de um entendimento do Universo bastante maior que o “minúsculo” ser humano, consegue visualizar toda a beleza.

Porque é que tem de existir mal, se podemos conceber outras realidades melhores e logicamente possíveis?

Noutro parêntesis filosófico, é bastante pertinente abordar a teoria do multiverso, que num passado recente, tem vindo a ganhar adeptos na comunidade científica (e não só). Stephen Hawking, defensor desta teoria, afirmou, na sua última obra, que a existência de múltiplos (e talvez infinitos universos) coloca em causa a necessidade de Deus para a criação (argumento que não abordámos), mas, além desse facto, coloca em causa a tese de que esta é a única realidade existente.

De facto, a existência de uma infinidade de universos, leva-nos a questionar se existem outras realidades e, em que medida, é que essas realidades são melhores que a nossa? Parece possível assumir que, numa infinidade de realidades, o equilíbrio entre mal e bem não sejam iguais em todas, o que nos leva a admitir que o “princípio criador” (ou regulador) ou não consegue criar a melhor realidade sempre; ou não sabe o que acontece em cada realidade; ou não deseja a melhor realidade.

(Pedindo desculpa pelo desvio filosófico), voltemos à questão em apreço: a possibilidade de existência de outros mundos logicamente possíveis, melhores que o nosso.

É claro que, como já vimos, não há nada de logicamente impossível na existência de outros mundos, onde, aquando da criação, poderia ter-se eliminado o mal, ou “colocá-lo” em menor grau.

Assim, a ideia de que o mal pode ser necessário fica bastante fragilizada.

É evidente que esta, de todas as realidades logicamente possíveis, pode ser a melhor, por razões que nós não compreendemos (apenas Ele sabe!).

Até certa medida, parece ser razoável assumir que esta não é a melhor realidade logicamente possível, pelo que Deus poderia escolher uma realidade melhor para nós, ou alterar a existente, para que esta fosse melhor para nós.

É verdade que pode haver razões que justificam que esta seja a melhor realidade, e que não estejam ao alcance do nosso entendimento, porque seres limitados, mas esta ideia não parece ser muito verosímil, pelo que podemos concluir que “o problema dos mundos possíveis” parece aumentar a crença de que é impossível conciliar Deus com a realidade que experienciamos.

Antes de concluir, temos de destacar dois factos, simples em raciocínio, mas com implicações bastantes óbvias para o que estivemos a discutir.

A primeira, assume-se como a necessidade de haver seres passíveis de serem eticamente considerados, numa realidade X. Quando falamos em mal, dor, prazer estamos sempre, implicitamente, a falar de seres que sejam passíveis de serem afetados por estas realidades (é ridículo afirmar que Deus, ao provocar um terramoto num planeta isolado, excetuando se estiver a destruir uma paisagem extremamente bela – facto que pode levar-nos a questionar se não está a deidade a provocar mal? – não está propriamente a ser mau.

Se for um planeta plano onde só há pedras não apreciadas, estes elementos do biótopo não são relevantes para a decisão do terramoto ou não – seria absurdo afirmar que Deus estava a ser contrário à sua natureza de suma bondade se provoca-se a destruição de pedras rugosas e sem qualquer valor estético ou útil. Podíamos questionarmo-nos qual a necessidade, mas não podemos, por isso, por em causa as propriedades de Deus). Assim, a questão de que saber se Deus pode coexistir com o mal apenas tem relevância se existirem seres que possam ser afetados pelas decisões do Divino.

Outra questão é a de que, neste ensaio, supusemos sempre o facto de que Deus existe (sequer), ideia bastante questionável e que podemos facilmente por em causa. Na linha do que argumentámos, podemos dar o exemplo de Peloquin que, no seu ensaio “God and the Free Will Dilemma”, afirma que a impossibilidade de conciliar Deus e liberdade é suficiente para provar a inexistência de Deus, porque a existir, é contrário a si próprio.

Em suma, o problema da conciliação de Deus com a existência aparente do mal (e digo aparente, dada a assunção de que este pode ser necessário, se bem que esta ideia não é muito verosímil) é um problema complexo, porque no0s leva, quase imediatamente para um outro problema, que é “o que é Deus”.

Como afirmei no início do ensaio não é possível sem discutir um problema filosófico, sem antes, e primeiramente, definirmos os conceitos que vamos discutir, sendo que este facto ainda assume maior relevância quando “eles” são o centro do debate. Pelo que expusemos é quase certo que a convicção teísta de Deus está errada (ou, pelo menos, incompleta) sendo que, parece-me evidente que, de forma a “salvá-lo”, temos de redefinir-lo, e talvez e apenas assim, consigamos extrair um conceito que englobe o mal e o que convencionamos por Deus.

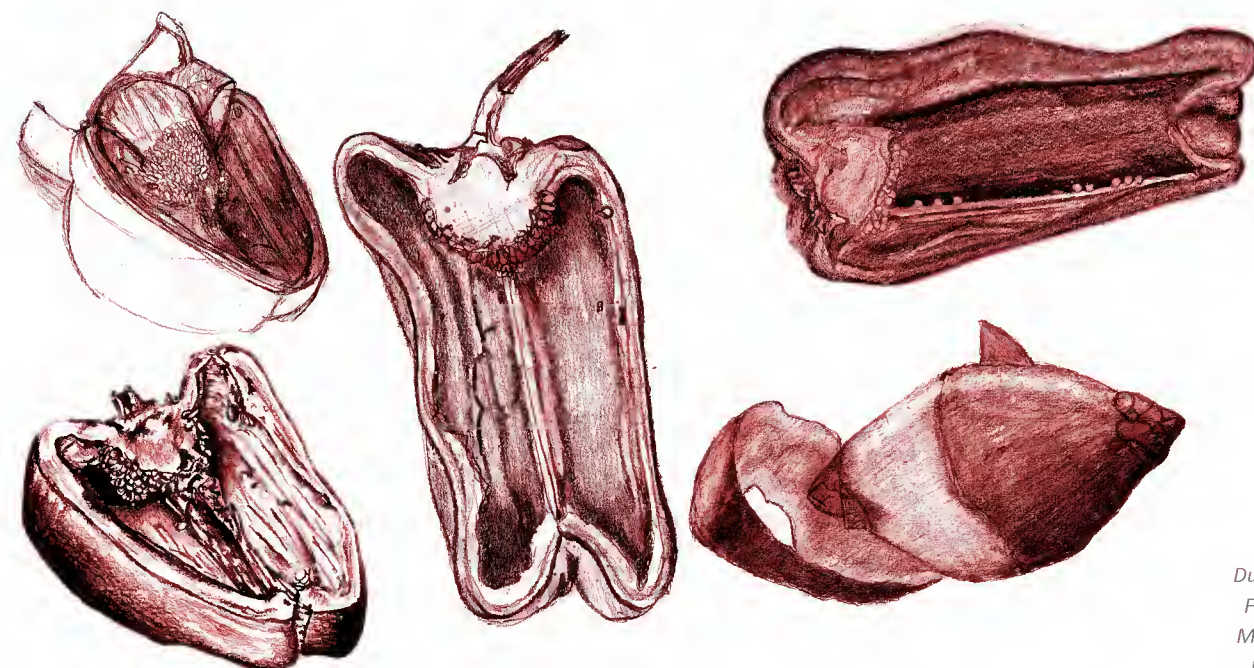
No entanto, e através da análise que fizemos, quer pelo conceito, quer pelo “problema dos mundos possíveis”, quer pelo argumento do mal, o que atualmente consideramos Deus e mal parecem ser incompatíveis num mesmo universo, porque a existência de um é razão da aniquilação do outro, ou melhor dizendo, das propriedades que atribuímos a nesse outro (o que não quer dizer a sua inexistência, mas poderá, ao invés, significar a necessidade de redefinição).



Anissa Monteiro



Ana Rita Santos



Duarte Bonniz,
Filipa Seabra,
Mariana Elias,
Irina Ribeiro,
Sofia Fernandes

Farejando Incertamente o Caminho

Apesar de os homens possuírem um aparato cognitivo e uma estrutura cerebral que lhe confere capacidades vastas no que toca a compreender o ambiente que os rodeia, parece que estamos presos numa incerteza, na mesma condição a que os animais irracionais, presos à nossa condição de seres biológicos, que interagem permanentemente com um desconhecido incerto.



Sofia Fernandes

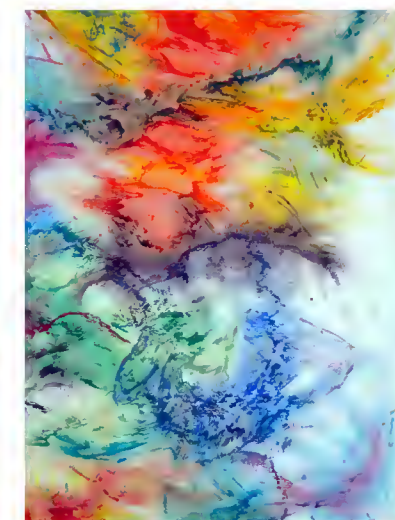
Pedro Afonso Moes Bruno

Ensaio Medalha de Bronze da III Olimpíada Nacional de Filosofia 2014.

Tópico do ensaio: «Os filósofos tentaram sempre mostrar que não éramos como os outros animais, farejando incertamente o caminho a tomar no mundo. Contudo, depois de todos os esforços de Platão e Espinosa, de Descartes e de Bertrand Russell, não temos mais razão do que os outros animais para crermos que o sol nascerá amanhã» (John Gray).

Introdução

Todos pensamos que o ser humano é o único ser biológico na Terra dotado de consciência, de a uma inteligência superior, que lhe confere a habilidade de planear e prever situações, o que lhe permitiu adquirir uma vantagem evolutiva significativa, permitindo-o sobreviver às condições adversas ambientais do passado. Um exemplo disso foi a capacidade do homem de criar armas e de utilizar fogo para afastar outros animais e cozinhar alimentos, capacidades estas que realçam a habilidade do homem, como nenhum outro ser conhecido, de manipular o ambiente a seu proveito. Mas será que estaremos sozinhos no Universo? Será que existem seres cuja cognição nos ultrapassa e tentar compreendê-los seria



Anissa Monteiro

uma ato transcendente? Seres cuja habilidade de compreender a realidade se aproxima do divino? É uma questão em aberto. As ciências naturais dizem-nos que somos distintos dos outros animais, que são irracionais, reagem essencialmente a instintos, desprovidos de racionalidade, “farejando incertamente”.

Apesar de os homens possuírem este aparato cognitivo e esta estrutura cerebral que lhe confere capacidades vastas no que toca a compreender o ambiente que os rodeia, parece que estamos presos numa incerteza, na mesma condição a que os animais irracionais, presos à nossa condição de seres biológicos, que interagem permanentemente com um desconhecido incerto.



José Gonçalves



Francisco Fernandes



Mariana Elias



Irina Ribeiro

Este ensaio será sobre epistemologia, apesar ser expectável que o autor de esta citação não tivesse a intenção de fazer uma reflexão sobre a possibilidade que o homem tem de conhecer o mundo. Irei fazer uma analogia entre humanos e animais, defendendo que apesar do nosso aparente poder cognitivo distinto dos animais irracionais, não conhecemos a maioria das coisas que pensamos conhecer. Deste modo, irei adotar uma posição cética radical. Vivemos numa realidade incerta, mas temos a habilidade de questionar tudo o que nos rodeia. O que podemos conhecer? Podemos saber de facto que o sol nascerá amanhã?

A pergunta “o que podemos conhecer?” contém implícita que podemos conhecer coisas, mas será que é verdade? Será também necessária clarificar o que é o conhecimento, portanto, irei começar por apresentar a definição de conhecimento mais discutida em epistemologia e apresentar dois argumentos que suportam a minha tese: o argumento do problema do regresso e o argumento do cérebro numa cuba (ou argumento do cenário cético).

Definição de conhecimento

Podemos conhecer uma pessoa, podemos saber andar de bicicleta ou podemos conhecer a proposição “Putin é o presidente da Rússia”. Ao último tipo de conhecimento, dá-se o nome de conhecimento proposicional. Será esse tipo de conhecimento que irei discutir neste ensaio. Quando mencionar a palavra conhecimento, será equivalente a dizer conhecimento proposicional. A definição de conhecimento mais discutida e desenvolvida em epistemologia é a de conhecimento como crença verdadeira justificada. Para conhecer uma proposição tenho de acreditar nessa proposição (ter uma crença), porque se não acredito que Putin é o presidente da Rússia, como posso saber que é? Parece uma condição necessária. A proposição tem de ser verdadeira, porque não podemos conhecer falsidades. Queremos um conceito de conhecimento que abrange a verdade. Por último, a crença tem de ser justificada porque podemos “saber” algo por sorte. Se um indivíduo afirma que ira ganhar a lotaria, ele tem uma crença na proposição “Vou ganhar a lotaria”. No dia da lotaria, ele acaba por ganhar a lotaria (proposição verdadeira). Mas podemos dizer que tinha conhecimento de que iria ganhar? Parece evidente que temos de incluir o conceito de justificação na nossa definição. A definição como crença verdadeira justificada revela à partida um problema conceptual. O que é verdadeiro, a crença ou a proposição? Como uma crença é uma atitude (a atitude de acreditar em algo) vou supor aqui que é redundante dizer que a crença é verdadeira. Qual o sentido de afirmar que é verdade que acredito em X? Nesse caso, devemos entender crença verdadeira justificada como crença justificada de uma proposição verdadeira.

Esta definição não é consensual, existindo exemplos (contraexemplos de Gettier) que descrevem situações em que temos uma crença verdadeira justificada, mas não é intuitivo dizer que temos realmente conhecimento. De qualquer maneira, será a definição que irei utilizar neste ensaio, visto ser uma definição que requer o conceito de verdade.

O que não podemos conhecer

Argumento do problema do regresso

O problema do regresso consiste no seguinte: se as nossas crenças têm de ser justificadas e a único meio aparente de as justificar é através de outras crenças, vamos incorrer num regresso infinito. Um a crença A para ser justificada tem de se justificar através de uma crença B, a B por uma C e assim sucessivamente, de forma infinita. Nesse caso, como é possível justificar uma crença com base noutras crenças injustificadas? Se a cadeia é infinita, não é possível de justificar a crença inicial e desse modo impossível obter conhecimento.

As 3 respostas mais populares ao problema são: o infinitismo, o coerentismo e o fundacionalismo.

O infinitismo consiste na defesa de que as crenças podem ser justificadas mesmo que justificadas através uma cadeia infinita de justificação. Parece à partida indefensável, visto não resolver o problema do regresso.

O coerentismo apela à coerência para resolver o problema, ou seja, as nossas crenças são justificadas se pertencerem a um conjunto coerente de crenças, numa teia. É uma abordagem holística. Mas o que justifica o conjunto de crenças que são coerentes com a crença que pretendemos justificar? O problema parece não estar resolvido. Se o requisito é a coerência, então o que nos diz esse conjunto de crenças acerca da realidade, se podem ser justificadas apenas através da sua coerência, num sistema fechado? (problema do isolamento)

O fundacionalismo apela a crenças básicas ou fundacionais, que podem autojustificar-se. Uma analogia associada ao fundacionalismo é entendermos o nosso conjunto de conhecimentos como um edifício assente numa fundação constituída de crenças fundacionais. A cadeia justificativa acabaria nesse tipo de crenças, fazendo com que todas as crenças da cadeia fossem justificadas. $A \rightarrow B \rightarrow C \rightarrow C$. Sendo C uma crença fundacional. Mas que tipo de propriedades poderá ter uma proposição, para que a nossa crença nela se possa autojustificar? A característica utilizada por Descartes é a autoevidência. Se uma proposição é clara e distinta (autoevidente), autojustifica-se e serve como base para o nosso conhecimento. Tal como a proposição “penso, logo, existo”.

Acontece que maior parte das proposições que pensamos conhecer são justificadas através de crenças ou de cadeias justificativas que terminam em crença duvidosas, logo, que não se podem autojustificar, pondo em causa a possibilidade de justificar e obter conhecimento sobre a maioria das proposições que pensamos conhecer. O que justifica a minha crença na proposição “Putin é o presidente da Rússia?”. É justificada pela crença na proposição “o meu tio disse-me” e esta é justificada através da crença na proposição “o meu tio é uma fonte segura de informação”. Será que esta última crença se pode autojustificar, sendo duvidosa? Como podemos saber se o Sol irá nascer amanhã? Será que as leis científicas que preveem esse fenómeno são verdadeiras? Este raciocínio pode aplicar-se à maioria das coisas que pensamos saber como poderei mostrar no próximo argumento. O próximo argumento estabelece as condições em que uma crença não se pode autojustificar e em que condições não podemos saber se uma proposição é verdadeira.

Argumento do cérebro numa cuba ou argumento do cenário cético

Um cenário cético é um cenário em que somos iludidos acerca da verdadeira realidade do mundo. Exemplos destes cenários são: o génio maligno de Descartes, o cérebro numa cuba, cenários solipsistas/idealistas, viver num sonho. Na sua dúvida metódica, Descartes questionou tudo, para encontrar algo que fosse imune à dúvida, algo que fosse claro e distinto e que nem o maior cético poderia questionar. Através de cenários como o do sonho e do génio maligno, Descartes chega à conclusão que não podemos ter a certeza que existem entidades físicas e de que a realidade como nos é apresentada pode ser uma ilusão.

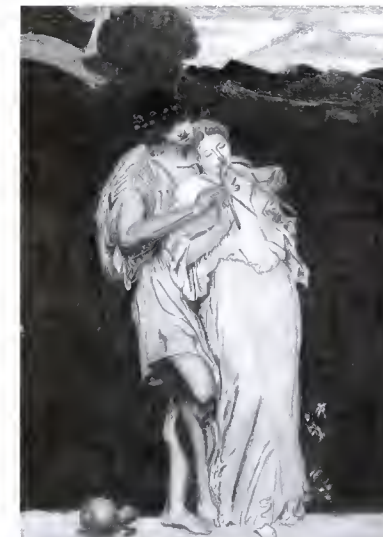
No cenário do cérebro numa cuba, cérebros humanos são ligados a um computador, que os estimula com impulsos nervosos, criando assim toda a realidade aparente. Carros, casas, movimento, etc.

O argumento do cérebro numa cuba pode apresentar-se da seguinte forma:

- 1) Da definição de conhecimento decorre que não podemos conhecer proposições falsas, nem verdadeiras por sorte
- 2) Não sei se sou um cérebro numa cuba



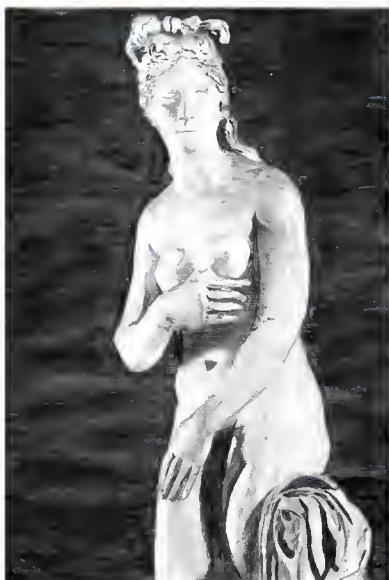
Anissa Monteiro



Beatriz Rocha



Maria Leonor Sousa



Wilma Ferreira

3) Se não sei se sou um cérebro numa cuba, a maioria das proposições em que acredito são falsas ou verdadeiras por sorte

4) Logo, não tenho conhecimento da maioria das proposições em que acredito.

Poderíamos acreditar na proposição “Tenho um gato físico”. Se formos um cérebro numa cuba, essa proposição é falsa, porque é uma mera ilusão. Se não formos um cérebro numa cuba e tivermos de facto um gato (sentido material de gato), não temos conhecimento disso porque foi por mera sorte. Aconteceu devido ao acaso de não sermos um cérebro numa cuba, que afinal possuíamos um gato (no sentido material do termo).

Podemos estabelecer um critério que define em que circunstâncias não podemos saber se uma proposição é verdadeira e em que uma crença não se pode autojustificar. Vou apelá-lo de critério dos casos hipotéticos

- Se conseguimos imaginar uma proposição A que implica que a proposição B seja falsa e não podemos provar a falsidade de A, então não podemos ter conhecimento e B e B não pode autojustificar-se

Existem inúmeros casos mais mundanos que mais facilmente alguém aceitaria, apesar de se aplicar o mesmo critério.

Exemplo 1: Imagine-se que um homem sai de casa e vê que as ruas aparentam estar molhadas. Desse facto conclui que choveu. Acontece que podemos imaginar vários casos hipotéticos em que não choveu mas o chão teria a aparência de estar molhado. Alguém poderia ter lançado químicos no chão, ou alguém poderia ter pintado todo o pavimento, dando a impressão que teria chovido. Apesar de improváveis, estes casos poderiam ser verdadeiros, logo, não podemos concluir que choveu.

Exemplo 2: Imaginemos um julgamento. Um homem é acusado de matar uma mulher. Foi visto a sair do prédio onde o crime ocorreu. Tinha a arma do crime em casa e possuía sangue da vítima numa camisola. É altamente improvável que não tenha cometido o crime, mas podemos saber que o fez? Existem vários cenários em que diante das mesmas provas, o sujeito não realizou o crime, sem ser necessário apelar a um cenário cético. Por exemplo, poderia ter sido incriminado por uma agência de espionagem altamente sofisticada que não deixou numa evidência da sua manipulação das provas.

O que podemos conhecer

Podemos concluir que só podemos conhecer proposições quando não existem casos hipotéticos que impliquem a sua falsidade e não conseguimos provar que esses casos são impossíveis. A crença tem de se autojustificar por que a proposição que seleciona é autoevidente ou tem de se justificar através de uma cadeia justificativa que acabe numa crença fundacional, logo, se autojustifica.

Temos vários exemplos de conhecimento que satisfaz estas condições, como vários tipos de conhecimento a priori:

A) A nossa existência. Pensar implica a existência de uma entidade que pense.

B) Verdades analíticas como “A=A” e “todos os solteiros não são casados”

C) Conhecimento acerca da percepção. Proposições do tipo “Estou a perceber um elefante”. Poderia não existir um elefante independente da nossa percepção, mas é indubitável que a percepção em si existe. É uma verdade fenomenológica.

D) Axiomas e Teoremas matemáticos

Conclusão

Não conhecemos a maioria das proposições que pensamos conhecer, onde se inserem todas as proposições que referem algo independente da nossa percepção. Podemos ter conhecimento a priori, mas que não é substancial, ou seja, é na sua maioria, conhecimento de trivialidades lógicas.

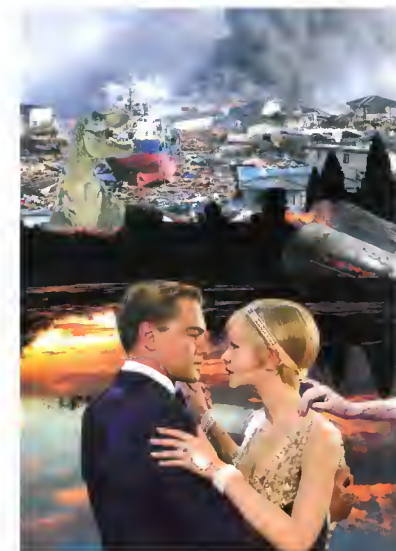


Andressa Meicasa

As leis científicas das ciências empíricas também se inserem no conjunto de proposições que não conhecemos, visto que a indução não é um mecanismo que permita obter proposições verdadeiras. Tal como Popper defendeu, em ciência, as teorias não podem ser confirmadas, mas sim corroboradas. Em ciência substitui-se a noção de verdade e certeza pelo conceito de probabilidade. O problema da indução, nada mais é, que um cenário que se enquadra no critério dos casos hipotéticos

Conclui-se deste modo que, apesar de nem se quer termos conhecimentos de que existem animais, nem teorias da evolução, nem outros seres humanos como estava implícito na introdução, o nosso poder para conhecer o mundo que nos rodeia (se é que ele existe) é inexistente tal como o dos animais que nem se quer possuem sistema cognitivo para o fazer (se eles existirem de facto).

Uma definição de conhecimento que se alie ao conceito de verdade talvez seja muito restritiva e desse modo, deveremos abandonar esse conceito e raciocinar com o provável e não com o certo, visto haver sempre um grau de incerteza associado à maioria das coisas que pensamos saber. Será que o sol nascerá amanhã?



Joana Lourenço



Joana Ratão



Beatriz Marques



Joana Ratão

Fundamentos da Decisão Ética

Como saber se um ato é moralmente correto?

Marta Capaz

Ensaio da pré-seleção para as ONF 2014 realizado na ESMAVC



Francisca Haour

Ação. Moralidade. Como ligar estes dois conceitos? Como saber se um ato é ou não aceitável, se é ou não moralmente correto? Em relação a esta questão destacam-se essencialmente duas correntes, defendidas por dois grandes autores: Emanuel Kant e Stuart Mill. Kant defende que é possível avaliar a moralidade de uma ação através da intenção que se encontra por detrás dela. A mesma ação, se realizada com diferentes intenções pode ser avaliada de diferentes formas, ou seja, pode ser considerada moralmente aceite ou não. Novamente utilizando a palavra do filósofo alemão, uma ação só é correta e só deve ser realizada se a intenção por trás dela for pura.

Para esclarecer estas questões Kant formulou o Imperativo Categórico.

Este diz-nos que para analisarmos a moralidade de uma ação (e sua intenção) devemos imaginar que toda a humanidade passaria a agir dessa forma. Teremos de fazer uma generalização e consequente previsão e colocarmo-nos no papel da humanidade. Se depois de fazermos este exercício a ação nos parecer inócua ou benéfica, ou seja, se dela não resultar mal para nenhum indivíduo, então poderemos realizá-la sem problemas. Viver de acordo com estes princípios é extremamente difícil e implica um enorme altruísmo. Talvez por esse motivo tenha sido formulada uma outra teoria, desta vez defendida pelo inglês Stuart Mill.

Segundo este filósofo, a moralidade de uma ação reside nas consequências que dela advém. Uma ação é moralmente aceitável se as consequências que surgem dela forem benéficas para o maior número de pessoas. Pode também dizer-se que uma ação é moralmente aceitável se dela resultarem consequências negativas para o maior número de pessoas.

Tenho uma intenção péssima, quero magoar um grande número de pessoas mas os meus planos não resultam e acabo por até as ajudar. Kant diz que apesar de tudo o que possa acontecer a ação é moralmente inaceitável pois o que interessa é a intenção com que a realizo, é aquilo que se encontra no meu interior. Mill diria o contrário, se ninguém saiu magoado (pelo contrário) então a ação é aceitável, independentemente do estado em que me encontro ao realizá-la. As consequências foram boas? A ação é boa. As consequências foram más? A ação é má.

A situação que me é apresentada, descrita num livro de Nicholas Monsarrat desperta muitas dúvidas em relação a este tema. Pode considerar-se que é um dilema moral. O sujeito tem apenas duas opções e qualquer uma delas lhe parece condenável.

Creio que independentemente do que escolhesse estaria a cometer um erro. A questão é qual dos erros seria menor, menos condenável, se quisermos. Se o comandante nada fizesse provavelmente conseguiria salvar os primeiros náufragos mas iria deixar muitos outros morrerem, nunca teria a certeza de conseguir salvar todas as vidas. Para além disso teria ainda um enorme prejuízo (o que não é comparável à perda de vidas humanas, naturalmente). No entanto, se decidisse (como fez) enviar explosivos submarinos teria de sacrificar as primeiras vidas mas teria a certeza de que conseguiria salvar muitas mais e ainda a sua mercadoria (apesar de, como já disse, este não ter qualquer valor comparada com as vidas que estavam em jogo).

É uma questão matemática. Perder x para salvar com garantia 20x ou arriscar 21x na vaga e praticamente impossível esperança de salvar a totalidade? Temos de ser racionais. Repito que, qualquer que fosse a decisão tomada seria moralmente condenável e traria com certeza muitos remorsos à personagem. No entanto, perante uma questão breve e direta, é necessário responder também com brevidade e objetividade.

Desta forma, se estivesse no lugar do comandante agiria da mesma forma que ele. Tenho consciência de que as consequências seriam trágicas, mas se tomasse outra decisão seriam ainda piores. Para além disso, estaria a agir com a intenção de provocar o menos mal possível (fazer o bem nesta situação é, obviamente, impossível). Assim, estaria a agir em conformidade com o que me diz Emanuel Kant e Stuart Mill, dentro das terríveis circunstâncias, é claro.

Creio que para além de “moralidade”, “ação”, “vida”, “consequência”, “intenção”...

há ainda dois conceitos a ter em conta neste caso:

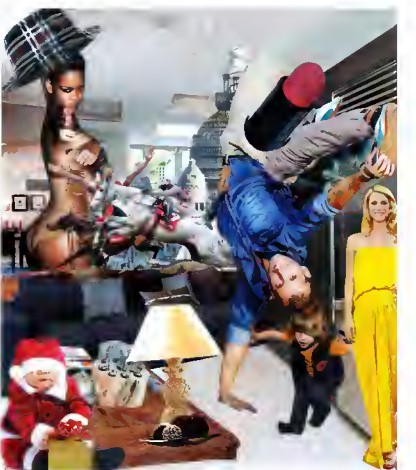
“líder” e “decisão”. Um comandante é um líder. Um líder deve decisões que promovam o bem maior da sua comunidade. Foi isso que a nossa personagem fez. Ao lançar os explosivos estava a proteger os seus subordinados, a grande maioria deles.

Nesta situação a intenção do sujeito não é explícita portanto é possível também alegar que o comandante o fez porque seria o menor mal para a sua pessoa, talvez porque os seus superiores dariam até mais importância ao salvamento da mercadoria do que dos homens que se encontravam nos navios. No entanto nada disso é clarificado e penso que o que faz mais sentido é que, de facto, o comandante tomou tal atitude pensando nas vidas que dependiam dele e esperando que aquelas que foram sacrificadas o perdoariam e seriam enviadas para um local melhor.

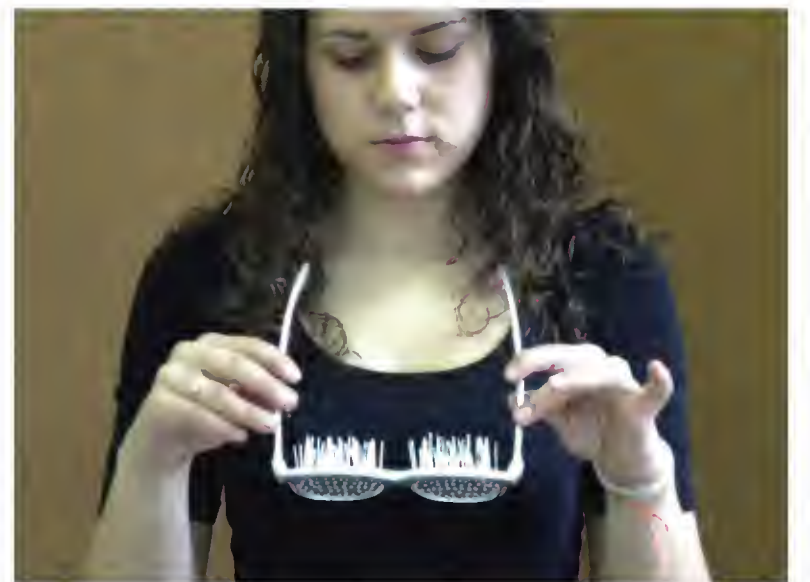
Generalizando novamente, a meu ver a moralidade da ação reside na sua intenção. É uma questão bastante complexa e não consigo ter certezas absolutas em relação à minha resposta mas é com a teoria de Kant que me identifico mais fortemente.



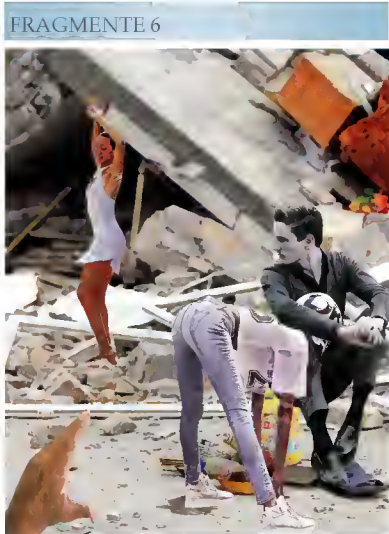
Ana Coutinho e Diana Lopes



Gabriella Menezes



Inês Coelho



Francisca Haour



Bernarda Bernardo



Bernarda Bernardo

A natureza de uma pessoa, o seu carácter está no seu interior, nas suas motivações, gostos, opiniões... Desta forma também a natureza de determinada ação reside naquilo que de mais profundo existe sobre ela: a intenção. O que existe de mais importante, em relação a qualquer coisa é o que existe de mais profundo em relação a essa mesma coisa.

“O essencial é invisível aos olhos.” Sei que esta citação não foi dita em relação à moralidade dos atos mas penso que de uma forma ou de outra se pode aplicar. Na verdade, pode aplicar-se a qualquer coisa. O mais importante de um livro é o seu conteúdo e não a capa. Nos carros, o mais importante é o motor, e é também aquilo que lhes dá valor. Em todas as máquinas aquilo que de facto importa são os engenhos invisíveis aos olhos do utilizador. Sem eles nada funciona.

Com isto pretendo explicar que também na ação o que mais importa é o que de mais profundo e invisível existe acerca dela. O que vem de seguida tem também importância, mas de outro tipo. Tem uma importância mais prática e mais voltada para o futuro. “O que fazer com as consequências daquilo que se passou?” perguntamos depois da ação ter sido realizada. Depois de respondida esta questão deixa de ter significado e outras virão com a vida.

A consequência da ação é portanto um aspeto de relevância, não o nego, mas creio que essa relevância nem sempre é colocada no lugar certo, digamos. Os acontecimentos fazem-nos aprender, temos de lidar com eles da melhor forma possível, mas nada mais. Não são critério de avaliação. Podem ser como um “critério de reflexão” sobre se devemos ou não repetir a nossa ação, mas não se esta foi ou não correta. Agi de determinada forma (com uma intenção pura) pensando que iria provocar consequências positivas mas tal não aconteceu e acabei por prejudicar algumas pessoas. Aprendo que não devo repetir o que fiz mas não me devo martirizar nem sentir arrependimento porque no fundo, fiz o que achava melhor.

No entanto “A intenção com que realizei esta ação torna-a moralmente aceitável?” é já uma questão que nos pode acompanhar muito mais tempo (sem nos impedir de prosseguir o nosso caminho, naturalmente). Obriga-nos a ir ao fundo da nossa pessoa e por isso ao fundo das nossas ações e intenções. Tem uma maior dificuldade e complexidade e por isso também maior utilidade e importância.

Refiro-me a uma utilidade individual e a longo prazo. Individual porque diz respeito apenas ao sujeito que sobre ela reflete e a longo prazo pois a partir do momento em que encontra a sua resposta (ou dá o primeiro passo em direção á mesma) fica mais próximo do autoconhecimento e da sabedoria. E estes são dons que cultivamos com o tempo e que nos são sempre úteis, que nos auxiliam sempre quando nos encontramos em crise e /ou precisamos de tomar decisões.

Reforço então que podemos fazer uma relação entre aquilo que existe por dentro de um indivíduo (carácter) e aquilo que existe por dentro de uma ação (intenção). E através desta relação concluir que a intenção da ação é o que faz dela moralmente válida ou não. Poder-se-á ainda dizer que, em relação às pessoas o interior não é refletido pelo exterior, ou seja, que a índole de um individuo não é visível através das suas ações, dos seus comportamentos, do seu discurso... De facto, é verdade que tal acontece com muitas pessoas mas isso não quer dizer que o interior perca a importância, pelo contrário. Continua sempre a ter lugar de destaque, no entanto assumirá diferentes formas, consoante a pessoa com quem o sujeito convive (visto que mostra diferentes “interiores” a diferentes indivíduos).

Assim á também com a intenção. Só quem realizou a ação a conhece e é possível que seja vista de forma diferentes e que dê origem a diferentes juízos de valor. Ou até que não seja vista de todo ou que não lhe seja dada importância. O que importa é que o sujeito em causa a possa reconhecer e avaliar de modo a entender se a sua ação é ou não correta.



Joana Augusto

Francisca Haour

Reflexão em torno de um “Dilema Ético”

Como saber se um ato é moralmente correto?

Duarte Machado

Ensaio da pré-seleção para as ONF 2014 realizado na ESMAVC

Após ter verificado a difícil decisão que o comandante britânico tem de fazer, confesso que me deixou pensativo, pois essa decisão também seria difícil se acontecesse comigo. Estamos perante uma situação de grande desconforto ao saber que, ou eliminamos o “mal”, que é o submarino e consequentemente matamos pessoas, que por sua vez na minha opinião é algo de horrível, ou então deixamos as pessoas viver, permitindo assim que o submarino continue a destruir.

Temos que olhar sobe dois pontos de vista diferentes. Vou começar com a preservação da vida humana em causa, permitindo que o submarino continue a destruir.

Decerto é que existem opiniões diferentes sobre a vida humana. Existem pessoas, que é o meu caso, que acham que a vida humana é inviolável e que ninguém tem o direito de retirar a vida a ninguém, mas também nos deparamos que existem aquelas pessoas que apoiam a pena de morte, que acaba praticamente, por ser um ser humano a retirar a vida a outro. Quando nos deparamos com esta situação, podemos ver que é preferível eliminar o mal para a preservação da vida humana, do que manter o objeto destruidor em causa vivo, deixando que ele continue a destruir e assim estamos perante uma situação, que na minha mera opinião, é preferível aplicar o mal, matando os sobreviventes, de modo a alcançar um bem maior que é a preservação da vida de pessoas que não se encontram dentro desta situação.

Algo do qual não vem mencionado no texto é o tipo de mercadoria que vem dentro do navio, escrevi o texto a cima, tendo em conta que a mercadoria possa eventualmente conter bens essenciais para a vida, pois se assim não fosse, o que eu faria no caso do comandante era salvar a população sobrevivente.



Sílvia Mendes



Andreia Sarmento



João Brito



Hugo Miguel Cardoso

Vejo que temos presente, uma frota inglesa e um submarino alemão na segunda guerra mundial e por factos históricos, sabe-se que a Alemanha era um país que nessa época estava a causar uma grandiosa destruição de modo a preservar e expandir os seus ideais. Tendo em conta este pormenor, sempre na minha opinião, é preferível sacrificar os sobreviventes e acabar com a destruição causada pelo submarino alemão, do que deixar os sobreviventes vivos fazendo com que a destruição do submarino continue e que mate mais pessoas do que aquelas verificadas neste texto, mantendo o meu pensamento de aplicar o mal, para alcançar um bem maior.

Outro tema discutível é o das crenças religiosas, pelo qual não me vou estender. Pelo menos nas minhas crenças, é preferível manter os vivos, vivos e praticar o bem, do que aplicar um mal grande, com a boa intenção de eliminar o mal. Mas assim estou-me a contradizer a mim próprio, pois acredito em duas crenças opostas e isso não pode ser assim. Quando falamos de crenças religiosas, existem muitos pensamentos em jogo e quando nos falamos de uma opinião moral, essas mesmas crenças podem ser aplicáveis ou não. O que fazer? Certamente existem muitas opções para fazer e quando se trata de eliminar o que está mal, preservando o bem, está tudo em jogo. Nesta situação é isso mesmo que acontece.

É preferível eliminar o submarino de modo que este não continue a destruir. Pois, mas assim estou a matar pessoas. Posso tentar salvar estas pessoas e destruir o submarino e assim preservo a vida destas e acabo com o mal, ou mantenho a minha posição inicial, aplico o mal alcançando um bem maior, pois mesmo que estas pessoas morram, a destruição acabou neste episódio, pois se o submarino não for destruído, estou a permitir a morte de outras que possam vir a sofrer o mesmo.

O comandante opta por lançar os explosivos sacrificando os náufragos, o que moralmente não acho que tenha sido uma opção correta, pois moralmente a vida humana é superior a tudo o que existe e é algo do qual não se deve alterar. A destruição sempre existirá neste mundo de modo que, mesmo destruindo este submarino alemão, poderão continuar a existir outros e é preferível manter as pessoas vivas deixando a mercadoria, que não sabemos o que é, ser destruída. Poderei eventualmente contribuir para a morte de outras pessoas e aí a minha opinião pode mudar. Como afirmei antes, destruição sempre haverá e as pessoas vão acabar por morrer de uma maneira ou de outra. Mas estamos perante um cenário de guerra e não posso comparar uma guerra a uma “não guerra”, o que me faz voltar à minha opinião inicial, “a ação do comandante não é moralmente correta”. Pode então alguém dizer que “se não destruímos o submarino a guerra será eterna”, se tivermos a certeza de que essa previsão é verdadeira, então sacrificamos as pessoas acabando com a guerra, mas como não sabemos se é verdadeiro ou falso, deixemos as pessoas viverem.

Como isto se trata de uma opinião pessoal, qualquer crença pode fundamentar de maneiras diferentes. A minha posição é a da preservação da vida das pessoas, pois essa é a crença moral e religiosa que tenho, mas se formos perguntar a todas as pessoas do mundo, independentemente das crenças religiosas ou políticas, se são a favor da pena de morte ou não, não existe nenhum estado, nação, filosofia ou religião que tolere uma morte humana, pois independentemente das crenças pessoais, a vida humana é inviolável e mesmo tendo diferentes pontos de vista sobre este ou outro tema, ou como a pena de morte como tenho mencionado, não há ninguém que utilize a morte para alcançar o bem, e isto pode gerar muitas outras disclusões que poderão não ter fim, mas no caso deste comandante a função dele poderia ser entregar essa mesma carga e por isso tinha que a preservar de modo que agiu conforme as ordens recebidas, e mesmo assim continuo com a minha posição, “ não foi moralmente aceitável”, está na base da lei moral que afirma que a vida humana é inviolável, de modo que não há mais discussão sobre este tema.



José Silva



Joana Lourenço

Livre-Arbítrio

Afinal, o que é o livre-arbítrio? Somos nós, ou não, seres dotados de liberdade? Se sim, até onde é que pode ir a nossa liberdade? As nossas ações são, única e exclusivamente, deliberadas por nós ou já estava predestinado que iríamos agir de tal forma? É a todas estas questões que tentarei responder de forma clara e concreta.

Mariana Franco

Primeiro Prémio do Concurso Filosófica ESMAYC 2013

Liberdade e Livre-Arbítrio

Normalmente, nós, seres humanos, consideramo-nos pessoas livres, seres dotados de liberdade. Pensamos e deliberamos acerca das opções e possibilidades a seguir e por fim, após um longo processo de deliberação, optamos e fazemos as nossas escolhas.

Exemplo: Este ano comecei a frequentar aulas de um instrumento musical, o violino, mas poderia ter optado por qualquer outro, como o piano ou a bateria.

Do exemplo acima transcritos, poderia escolher qualquer um, pois qualquer um deles está ao meu alcance. Mas por exemplo, pedi à minha mãe para começar a frequentar aulas de equitação. Poderia eu ter escolhido outro animal, como por exemplo, os leões? Não, uma vez que estes são animais selvagens e não está ao meu alcance frequentar este tipo de aulas.

Aparentemente, temos consciência da nossa liberdade, pois não somos apenas criações do instinto e do desejo. Conseguimos dominar-nos, conseguimos lutar pelo controlo dos nossos vícios. Quando somos bem-sucedidos, somos dignos de aprovação e de felicitações. Porém, se falharmos, merecemos ser castigados e, por vezes, somo-lo. Para sermos livres precisamos de ser responsáveis, pois a liberdade trás consigo responsabilidade. Mas há aqui uma questão. Ninguém merece ser castigado por falhar em fazer algo que



Inês Coelho



Gabriella Menezes

não possa, ou que não esteja ao seu alcance fazer. Neste caso, os obstáculos estão além do controlo do agente o que significa que, neste tipo de situações, não podemos ser responsabilizados.

Então mas poderá esta consciência da liberdade não passar de uma ilusão? Poderíamos nós ter agido de maneira diferente?

Existem teorias que tentam responder e explicar estas questões e que de seguida serão apresentadas. São elas o determinismo radical, o indeterminismo, o libertismo e ainda o determinismo moderado ou, também chamado de determinismo moderado.

Determinismo:

Esta é uma teoria que defende a inexistência de liberdade. Para os deterministas, todos os acontecimentos são e estão causalmente determinados pelos acontecimentos anteriores. Para esta teoria podemos aplicar o seguinte argumento:

Todos os acontecimentos estão determinados.

As ações são acontecimentos.

Logo as ações estão determinadas.

Caso o determinismo seja verdadeiro, então, não somos seres dotados de liberdade, na medida em que se os acontecimentos estão previamente determinados, não teríamos outra forma de agir, logo não depende de nós a vivência ou a execução de determinada ação.

Segundo Lucrécio, poeta e filósofo latino que viveu no século I a.C, existe um argumento a ser apresentado:

O passado controla o futuro.

Não podemos controlar o passado.

É também impossível controlar o modo como o passado controla o presente e o futuro.

Logo, não podemos controlar o presente nem o futuro.

De acordo com o argumento apresentado pelo famoso Lucrécio, não se pode controlar o passado, nem o presente, e muito menos o futuro. A primeira premissa do argumento (“O passado controla o futuro”) é uma versão de uma doutrina, o determinismo, que consiste na defesa de que qualquer acontecimento é o resultado de causas que o antecedem; a segunda premissa é bastante evidente. O passado, uma vez que é passado já não é possível alterar; e por fim, a terceira premissa lembra-nos que não temos controlo sobre as leis da natureza.

Às pessoas que aceitam este argumento chama-se incompatibilistas ou deterministas radicais. Os deterministas radicais adquirem esta designação dado que consideram que a liberdade e o determinismo são incompatíveis.

Mas para afirmar a existência de liberdade será necessário negar o determinismo?

É, então, aqui que surge uma nova teoria, o indeterminismo, que procura, de igualmente forma resolver esta questão do livre-arbítrio e da liberdade.

Indeterminismo

Para os indeterministas, o ser humano não é dotado de liberdade na medida em que os acontecimentos, não estando determinados são também impossíveis de prever, sendo possível apenas atribuir-lhes um grau de probabilidade. Os defensores desta teoria baseiam-se na física quântica, que defende que é impossível prever o comportamento das partículas, ou seja, é incapaz de determinar, com base no estado do sistema num dado momento, se tal acontecimento se verificará ou não no futuro imediato.

Se o indeterminismo tem alguma consequência, é tornar ainda mais ténue a responsabilidade e a censura.

Surge, aqui, o “dilema do determinismo”. Se o determinismo for verdadeiro, ficamos privados de liberdade e de responsabilidade. Se o determinismo não for verdadeiro e certos acontecimentos carecem de causa, ficamos uma vez mais privados de liberdade e de responsabilidade.



Andreia Sarmento

Se limitarmos os nossos pensamentos ao mundo físico não temos outra opção exceto entre o determinismo e acontecimentos aleatórios; em ambos os casos, nós, seres humanos somos seres com ausência de liberdade. No entanto, podemos considerar a existência de um Eu Real que recebe informação e ocasionalmente dirige as operações. Haverá momentos em que, entregues a si mesmos, o cérebro e o corpo se orientarão numa certa direção. Mas, dirigidos pelo Eu Real, seguirão noutra direção. Podemos tomar o controlo e é precisamente a este nível que surge a liberdade. Temos, então, uma nova teoria, o Libertismo.

Libertismo

Esta teoria é a perspetiva de que pelo menos algumas das nossas ações são livres porque não estão causalmente determinadas. Segundo esta teoria, as escolhas humanas não estão constrangidas da mesma forma que outros acontecimentos do mundo. Para os libertistas, um ser é livre se puder escolher ou fazer A e possa evitar escolher ou fazer B. Defendem que nem todos os acontecimentos estão submetidos ao mesmo tipo de causalidade. A causalidade natural rege apenas o mundo físico. No mundo humano, o indivíduo tem a possibilidade de agir de diferente forma, surgindo aqui, a liberdade humana. Porém, se há ações livres, os agentes humanos são responsabilizados e, assim sendo, o determinismo é falso e a crença na liberdade na responsabilidade é verdadeira.

É possível então conceber a relação entre mim e o meu cérebro e corpo em termos de uma interação bidirecional. As mensagens são enviadas pelo nosso cérebro e pelo nosso corpo ao então designado Eu Real e, em seguida, este Eu Real irá fornecer-lhe as instruções. O Eu Real ocupa a sala de controlo e a pessoa, na sua globalidade, comporta-se livremente sempre que o seu comando se exerce. Quando não é isto que acontece, o cérebro e o corpo limitam-se a avançar em função das suas determinadas físicas. Encontramos aqui de novo o dualismo mente-corpo.

De acordo com esta teoria, apela-se a um fantasma para combater o determinismo.

Vejamos agora um argumento a favor do libertismo:

“Se não existisse livre-arbítrio, então não teria sentido responsabilizar as pessoas.

Mas tem sentido responsabilizar as pessoas.

Logo existe livre-arbítrio.”

Depois de três teorias que pretendem responder a esta questão do livre-arbítrio, haverá uma maneira mais satisfatória de vencer o argumento a favor do incompatibilismo?

O argumento a favor do determinismo radical não refere os tipos de influência causal que estão em jogo sempre que um agente realiza uma dada ação. Por vezes, acontece que as sequências causais são totalmente independentes daquilo que pensamos.

Se imaginarmos o cérebro em termos de software, como algo dotado de vários “módulos”. Um deles (o scanner) recolhe informação sobre uma dada situação. Outro fornece as opções de comportamento consoante o que o scanner emite. Um terceiro hierarquiza as opções em função daquilo para o qual foi programado. Finalizando, surge-nos um quarto que fixa a opção que melhor foi cotada pelos processos anteriores.

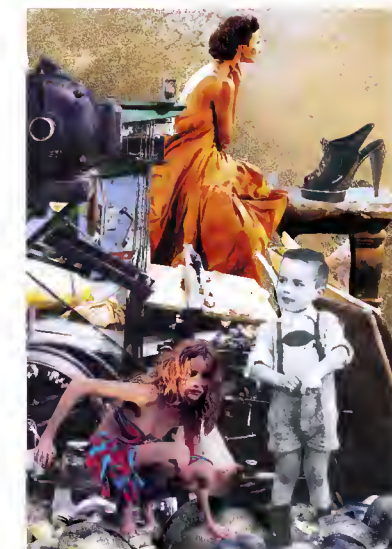
Encontramos aqui o início do programa compatibilista, isto é, a tentativa de mostrar que, se compreendermos as coisas corretamente, não há qualquer inconsistência entre a aceitação do determinismo e o facto de responsabilizarmos as pessoas pelas suas ações.

Compatibilismo

Um determinista moderado aceita que a ação seja determinada por causas; no entanto, sustenta que essa ação pode ser livre se o agente, ao praticá-la, puder agir de outra forma e se tiver um controlo sobre o desejo e a crença que causam a ação. O compatibilismo designa-se por vezes por determinismo “moderado”, por oposição ao determinismo “radical”. Os compatibilistas parecem, até ao momento, dispostos a censurar as pessoas por acontecimentos que elas não teriam podido evitar desencadear.



Inês Coelho



Inês Coelho



Inês Coelho



Andreia Sousa

A primeira definição compatibilista é:

Um sujeito agiu livremente se poderia ter agido de modo diferente no sentido correto. O sujeito poderia ter agido de modo diferente no sentido correto desde que tivesse agido de modo diferente se tivesse escolhido outra coisa.

Agora, depois de apresentadas as quatro teorias que pretendem responder à questão da liberdade e pretende saber se é possível compatibilizar a causalidade necessária com a existência de livre-arbítrio, vamos analisar alguns exemplos.

Exemplo 1:

Imaginemos uma invasão de pequenos marcianos. Estes marcianos são criaturinhas incrivelmente pequenas, organizadas e maliciosas; suficientemente pequenas para invadirem os nossos cérebros e passarem neles. Se o fizerem, podem também programar os nossos módulos à sua vontade. Tornamo-nos bonecos nas suas mãos.

É claro que os pequenos marcianos poderiam programar-nos para fazer algo que, em qualquer caso, teríamos feito. Poderiam, além disso, trocar os nossos “disjuntores” de modo a que fizéssemos coisas terríveis.

Para um incompatibilista, fará alguma diferença falar-se em pequenos marcianos ou em agentes causais de um género mais natural?

O compatibilista que encontrámos até ao momento afastaria a questão bastante rapidamente – não o preocupa saber de que modo um agente se tornou naquilo que é, mas apenas se os resultados são bons ou maus. No entanto, relembramos, para os deterministas moderados, o agente apenas é livre e responsabilizado justamente pelos seus atos quando pode escolher o que deve e o que não deve fazer, baseando-se esta tal escolha nos seus próprios desejos. A execução de determinada ação depende só e somente do agente.

A melhor forma que, para Simon Blackburn, o compatibilista pode adotar quando confrontado com este contra-ataque é a de discutir a palavra “programa” quando se fala em módulos programados para produzir certos resultados. O compatibilista introduziu um grau de flexibilidade nos processos causais ao chamar a atenção para os módulos que permitem ser sintonizados ou programados de modos diferentes.

Se sob a influência, por exemplo, dos pequenos marcianos, somos levados a deitar um cão pela janela fora, devemos ser responsabilizados?

Um determinado objetor defendeu que, nesse caso, o sujeito se transforma numa simples vítima se os módulos forem mal “programados”. Podemos dizer que neste caso, os módulos podem ser programados. E estamos a imaginar que o funcionamento dos chamados módulos é falsificado.

Alguns filósofos, nomeadamente Espinosa, associaram a liberdade a um conhecimento e compreensão crescentes. Somos livres, na medida em que compreendemos as coisas.

Nova definição compatibilista, a definição compatibilista revista:

Um sujeito agiu livremente se pudesse ter agido de modo diferente no sentido correto. Isto significa que teria agido de um modo diferente se tivesse tomado uma decisão diferente e, sob a influência de outros pensamentos ou considerações disponíveis e verdadeiros, o sujeito teria tomado uma decisão diferente. Pensamentos e considerações verdadeiros e disponíveis são os que representam com exatidão a situação do sujeito e que é razoável esperar que o sujeito tenha tido em consideração.

Até agora a “escolha livre” é necessária à responsabilidade, ou seja, apenas devemos ser responsabilizados pelos nossos atos, ações, se e somente se a a escolha de realizar a determinada ação dependeu unicamente de nós. Por vezes, só um acaso infeliz se fica a dever que certas considerações cruciais não ocorram ao agente no momento da decisão. Outras vezes, não tratamos este facto como um mero acaso. O agente é condenável se isso não acontecer, pois esses pensamentos deveriam ter-lhe ocorrido.

Exemplo:

Um dia, um jogador de golfe consegue uma excelente tacada, mas, para sua enorme surpresa, uma gaivota intromete-se no caminho e estraga a sua jogada. Um dia depois consegue uma tacada tão boa quanto a primeira, mas uma brisa ligeira desvia a bola do seu curso e perde de novo a jogada. Qualquer destes acontecimentos ficou a dever-se a um acaso infeliz. No primeiro trata-se, claramente, de azar. No segundo também, mas era de esperar que um bom jogador tivesse previsto tal situação. Daí um pianista responda a um admirador aquando este expressa a sua opinião, que incide na tremenda sorte do mesmo por ter sido bafejado com tão grande talento “Sem dúvida, e quanto mais pratico mais sorte tenho”.

A explicação compatibilista é uma obra de engenharia, ora traçando o mapa dos conceitos existentes, ora concebendo melhores conceitos. E tem de responder às maneiras como muitas vezes pensamos, ou como pensamos quando dominamos os problemas que enfrentamos.

No entanto, há pessoas que pensam que as “relações interpessoais”, onde se inclui a maneira como atribuímos responsabilidade aos outros e a nós próprios, depende de uma afeição de longa data pela conceção intervencionista da liberdade. Se esta conceção for, realmente, metafisicamente insustentável, as nossas atitudes terão de se modificar. O problema filosófico resultaria de o controlo intervencionista ser indefensável e também de a noção de controlo interior ser inadequada.

Um incompatibilista, por exemplo, pode insistir em que os pensamentos só estão disponíveis, se eles próprios forem objeto de uma escolha livre (intervencionista), algo que nos reconduziria à estaca zero.

Antes de determinar o compatibilismo, há que assinalar uma dificuldade relativa a todas as definições propostas. O compatibilismo procura obter uma noção correta de controlo com base na ideia de que em diferentes circunstâncias, o agente teria procedido diferentemente. Há casos que sugerem que estas ideias não “encaixam” umas nas outras. Há algo que determina um certo resultado final, embora esse resultado, em virtude de um mecanismo destinado a prevenir falhas, tivesse sido o mesmo noutra circunstância. Desta forma, um agente poderia cometer uma má ação, estar a controlar a situação, agir com responsabilidade e intenção, embora, se pretendesse proceder diferentemente, um mecanismo desconhecido entrasse em funcionamento com o objetivo de assegurar que, em qualquer caso, a má ação fosse cometida.

Peter Strawson estabeleceu um contraste entre uma atitude “objetiva” ou impessoal relativamente às outras pessoas e uma atitude humana ou pessoal. Neste caso, objetivo, as pessoas são vistas como um obstáculo ao nosso desenvolvimento. As pessoas seriam encaradas como loucas, e não agentes inteligentes que podem ser compreendidos. É importante que as pessoas “ouçam a nossa voz”, o que significa a compreensão do nosso ponto de vista, do modo como as coisas se nos apresentam e não a questionarem as causas que conduziram um organismo a comportar-se de um certo modo.

A intenção do compatibilista não é negar o agir, mas explicá-lo de um modo particular. Determinados pensadores gostam de afirmar que há duas perspetivas acerca de tudo isto. Por um lado, há a postura deliberativa, que é aquela que se adota quando nós próprios tomamos uma decisão. E há uma postura “objetiva” ou de terceira pessoa, que é aquela que seria adotada por um cientista ao considerar-nos como um determinado sistema neurofisiológico complexo. O problema consiste em conciliar estas duas posturas. A primeira postura apresentada é universal, enquanto a segunda é simplesmente impossível uma vez que sem esse funcionamento não haveria consciência.



José Silva



Joana Augusto



Vanessa Sequeira

“Se vou ter cancro, bem, então tê-lo-ei”, afirma o fumador. Não podemos escapar ao nosso destino. Se é verdade o que afirma o determinismo, o futuro já está estabelecido em virtude da cadeia indefinida de estados em que o mundo se encontrou no passado. Mas, se o futuro se encontra estabelecido, que outra coisa nos resta exceto resignarmos-nos com os nossos destinos? Ao argumento utilizado pelo fumador, por exemplo, dá-se o nome de sofisma preguiçoso. Pode ser apresentado da seguinte forma:

O futuro será o que será.

Todos os acontecimentos se encontram já escritos na origem do tempo.

Logo, nada faças.

No entanto, porque não consideramos antes este:

O futuro será o que será.

Todos os acontecimentos se encontram já inscritos na origem do tempo.

Logo, toca a fazer coisas!

O primeiro seria um argumento melhor se soubéssemos que, em virtude de todos os acontecimentos se encontrarem inscritos na origem do tempo, as ações humanas não desempenhavam um papel determinante.

Porém, normalmente, os acontecimentos emergem da origem do tempo, mas em sequências previsíveis.

Caso o sofisma preguiçoso seja tomado como um argumento para agir num sentido ou noutro, a resposta é conclusiva. Não há qualquer razão que possamos conceber para preferir a conclusão que nos convida a nada fazer à conclusão que nos convida a fazer as coisas.

O fatalismo é geralmente considerado uma dissolução da própria escolha, e não uma recomendação para agir deste ou daquele modo. A ideia é mostrar que escolher é uma ilusão.

Quando ignoramos o que vai acontecer e pensamos que os acontecimentos irão ao encontro das nossas ações, deliberamos acerca do que fazer. O fatalismo não dispõe de qualquer argumento que nos permita deliberar num sentido ou noutro. Além disso, não dispõe de qualquer argumento para afirmar que o próprio processo de deliberação é irreal, a menor que construamos a partir do exterior.

Suponhamos agora que não sabemos o que vai acontecer mas que isto é do conhecimento de Deus. Normalmente, quando deliberamos consideramos o futuro em aberto e apenas o passado algo fixo, algo definido. Admitamos agora que o futuro, de tal modo como o passado, está fixado. Caso isto aconteça é tão inútil tentar influenciar o futuro como influenciar o passado. Todavia, este facto deixa em aberto um problema filosófico: Será que a nossa incapacidade para influenciar o passado é apenas uma questão de facto, algo que poderia ser diferente do que é noutro tempo e noutro espaço?

Regressando ao fatalismo, este corresponde a uma disposição, a um estado de espírito em que nos julgamos destituídos de todo o controlo, a um sentimento de que somos apenas espectadores da nossa própria vida.

Conclusão:

Com a realização deste trabalho, pretendi fazer um estudo mais aprofundado da liberdade e do livre-arbítrio. Apresentei as diferentes teorias que pretendem resolver esta questão e ainda inclui alguns exemplos que demonstram determinados aspetos. De todas as teorias, aquela que, na minha opinião, melhor esclarece a questão em estudo é o determinismo moderado ou também chamado de compatibilismo.

Bibliografia:

Simon Blackburn – «Pense - Uma Introdução à Filosofia», Gradiva Publicações, Lisboa, 2001



Sílvia Mendes



Rita Gracías

Ceticismo

“Será possível distinguir a realidade de um sonho?”. A base desta dúvida é simples: quando estamos a sonhar, muitas vezes parece que o que está a acontecer é real. Mas como é que podemos ter a certeza que o que estamos a viver neste momento é um sonho?

Simão Godinho

Introdução

Por que meios podemos adquirir conhecimento? Poderemos ter conhecimentos universais? Quais são os limites do conhecimento? Ao longo dos séculos, desde o tempo dos sofistas até hoje, a questão de como o ser humano conhece, quais os limites desse conhecimento e que género de conhecimento podemos ter (universal ou não) ocupou e opôs muitos filósofos. De um lado, estavam os céticos.

Já nos aconteceu a todos estar inseguro ou enganado sobre algo. Ocasionalmente uma pessoa esquece-se se trancou a porta de casa à saída ou se trancou o carro. Outras vezes uma pessoa engana-se no dia da semana, ao pensar que é sexta-feira quando afinal é quinta-feira. E todos encaramos estes incidentes com normalidade. Mas e se estivermos sempre enganados, sobre tudo? Será possível?

O ceticismo pode ser local ou global. O ceticismo local tem a ver com as dúvidas do dia a dia, “Aquilo será um pássaro ou um avião?”, que podem normalmente ser respondidas. No entanto, o ceticismo global, ou a dúvida filosófica, nega a possibilidade de haver uma maneira de descobrir a verdade. Por exemplo, na questão da existência de vida noutros planetas, um cético argumenta que nunca poderemos saber ao certo que não existe vida noutro planeta porque esta nos pode ser indetetável. Sem dúvida que há dúvidas filosóficas que são absurdas e irrealistas, como “Terei alguma prova de que estou mesmo a falar com quem estou a falar?”, às quais o ceticismo responde negativamente. Segundo



Andreia Sousa



Joana Ratão



Vanessa Sequeira

O argumento do sonho

Mas o ceticismo não se fica por aqui. Surgem então perguntas como “Será possível distinguir a realidade de um sonho?”. A base desta dúvida é simples: quando estamos a sonhar, muitas vezes parece que o que está a acontecer é real. Mas como é que podemos ter a certeza que o que estamos a viver neste momento é um sonho? Esta pergunta foi colocada pela primeira vez por Descartes no seu livro “Meditações sobre Filosofia Primeira”. No entanto, a ideia não é nova. O Hinduísmo, por exemplo, considera que toda a existência é uma ilusão.

Mas Descartes utiliza o ceticismo apenas como um método, acabando mesmo por concluir que existem algumas verdades universais. O que o filósofo faz é duvidar de tudo o que conhece, chegando ao extremo de considerar que provavelmente nem existe, que está a ser controlado por um génio que o engana e que o faz pensar, por exemplo, que $2+2$ são 4 quando $2+2$ são na verdade 5. Contudo, Descartes conclui que mesmo que esteja a ser enganado, pensa. E como pensa, existe, mesmo que seja só na forma de pensamento. Consegue assim a sua primeira certeza, que será o ponto de partida para toda a sua filosofia racionalista.

Mas voltemos ao sonho. Ao contrário que se possa pensar, o argumento do sonho não é tão fácil de refutar como parece. Para os que respondem que o argumento pode ser facilmente refutável pelo simples facto de acordarmos, pode-se afirmar que, por vezes, as pessoas sonham que estão a acordar. Isto leva-nos a um círculo vicioso: tudo que se diz ser uma característica do estado de vigília pode fazer parte de um sonho. Assim, posso sonhar que estou acordado e que consigo distinguir o estado de vigília do estado de sono, e por aí em diante. A resposta de Descartes a este problema foi contorná-lo: como o argumento do sonho foi apenas um método para garantir a primeira evidência de conhecimento (“Penso, logo existo”), Descartes garante o conhecimento através de Deus e da necessidade racional; se seguirmos a ordem natural do mundo, garantida por Deus através da necessidade racional, ou seja, a necessidade de haver ordem e razão, então não interessa se estamos acordados ou a sonhar.

Não obstante, outros filósofos apresentam argumentos baseados na ideia de que o sonho e o acordar são conceitos que estão ligados, não é possível existir um sem o outro. A ideia de nunca acordar já até foi usada por escritores e realizadores. Um exemplo é o filme de David Cronenberg, «eXistenZ», no qual as personagens se encontram num jogo, numa realidade virtual, da qual nunca parecem sair. Noutro filme, Matrix (1999), os seres humanos são enganados em larga escala por robôs inteligentes para pensarem que estão a levar uma vida normal. No entanto, na realidade estão ligados a incubadoras que replicam o mundo real. Este conceito em Matrix é o que os filósofos chamam o argumento do “Cérebro numa Cuba”, onde o mundo como o conhecemos é na realidade criado e induzido no nosso cérebro, que permanece ligado a fios num laboratório de cientistas.

Dogmatismo e Ceticismo

Tal como dito em cima, Descartes acaba por não ser um cético, porque utiliza o ceticismo como um meio para atingir certezas, e mal adquire a primeira certeza, abandona o ceticismo. Por isso é considerado um dogmático no que diz respeito à possibilidade de conhecimento universal e verdadeiro. Pelo contrário, os céuticos, como o filósofo escocês David Hume, assentam na dúvida o fundamental do seu ponto de vista sobre as possibilidades do conhecimento universal e verdadeiro. A dúvida é, pois, um ponto de chegada, e não apenas um método.

Como filósofo empirista, David Hume defende que é preciso reconhecer que muitas relações causa-efeito que consideramos universais são apenas fruto do hábito, ou seja fazemos generalizações a partir das nossas experiências, e Hume defende que apenas poderíamos

ter conhecimentos universais e necessários se pudéssemos verificar todas as ocorrências de uma relação causa-efeito. Por exemplo, segundo Hume, jamais poderemos afirmar que todos os répteis têm escamas porque não é possível verificar a pele de todos os répteis no mundo.

Conclusão

Se o racionalismo de Descartes, inspirado na matemática, o conduz a ter uma posição dogmática face às possibilidades do conhecimento universal e verdadeiro, o empirismo de David Hume, mais inspirado nos métodos indutivos das ciências naturais, conduzi-lo-á a uma posição cética.



Francisco Calado

Como é que o Filme «Matrix» se Relaciona com a Filosofia?

“Já tiveste algum sonho, Neo, do qual estivesses certo que fosse real? E se fosses incapaz de acordar desse sonho? Como diferenciarias o mundo do sonho do mundo real?”

The Matrix, 1999.

Catarina Ribeiro

Existem inúmeros precedentes da ideia de que o mundo real é uma ilusão. O filme Matrix está repleto de referências específicas aos filósofos que se questionavam da realidade, que tão tipicamente é aceite pelo ser humano sem este levantar quaisquer questões. Embora os filmes sejam feitos para serem “únicos” e criarem o seu próprio conjunto de questões filosóficas, o filme dos irmãos Wachowski faz uma espécie de homenagem a estes precedentes, tanto através de referências óbvias como subtis. Quatro dos precedentes filosóficos mais marcantes da trilogia Matrix são: «Simulacros e Simulação», de Jean Baudrillard; «Alegoria da Caverna», de Platão; a visita de Sócrates ao Oráculo de Delfos; e o trabalho feito por Descartes.



Beatriz Marques



Afonso Sanches



Andressa Meicasa

Este último será o mais relevante para este trabalho, na medida em que a epistemologia de Descartes se encontra na base que sustenta as ideias.

Em «Matrix», realizado por Andy e Larry Wachowski e lançado em 1999, Keanu Reeves interpreta Thomas Anderson, um programador informático que leva uma vida dupla como um hacker chamado “Neo”. Após receber súbitas mensagens enigmáticas no seu ecrã do seu computador, Neo começa a procurar o, de certa forma, elusivo Morpheus, protagonizado por Laurence Fishburne, que ele crê ser o responsável pelas mensagens. Neo encontra, eventualmente, Morpheus, que lhe diz que a realidade é, na verdade, muito diferente do que ele é, praticamente, o resto das pessoas projeta ser.

Morpheus confessa a Neo que a existência humana é apenas uma “fachada”, uma espécie de ilusão. Os seres humanos estão, na realidade, a ser mantidos em cápsulas como fonte de energia para malévolas máquinas. As pessoas passam a sua vida inteira em “vagens”, com os seus cérebros a serem alimentados por estímulos sensoriais que lhes dão a ilusão de levarem uma vida normal. Morpheus explica que, até então, a “realidade” percebida por Neo é, na verdade, “um mundo de sonhos gerado por um computador; uma simulação neuro-interativa”, designada por *Matrix*.

A *Matrix* é baseada numa questão filosófica colocada pelo filósofo e matemático do século XVII, René Descartes. Uma das mais importantes teses de Descartes era a autonomia intelectual; a capacidade de pensar por si próprio. Para Descartes, isso implica não só ter uma boa mente, mas também “aplicá-la” da melhor forma.

Descartes sabia que as suas experiências sensoriais nem sempre correspondiam à realidade. Usou, então, o argumento da cera para demonstrar como não podemos confiar nos nossos sentidos.

“Tomemos, por exemplo, este pedaço de cera que acaba de ser tirado da colmeia: ele ainda não perdeu a doçura do mel que continha, ainda retém algo do odor das flores de que foi recolhido; sua cor, sua figura e sua grandeza são evidentes: ele é duro e frio quando o tocamos e, se nele batermos, produzirá algum som. Enfim, todas as coisas que podem distintamente fazer conhecer um corpo, encontram-se neste. Mas eis que, enquanto falo, alguém o aproxima do fogo: o que nele restava de sabor, exala-se, o odor se desvanece, sua cor se modifica, sua figura se perde, sua grandeza aumenta, ele se torna líquido, esquentando-se, mal podemos tocá-lo, e, ainda que batamos nele, não produzirá som algum. A mesma cera permanece após essa transformação? Cumpre confessar que sim; e ninguém o pode negar. Que é, então, que conhecíamos nesse pedaço de cera com tanta distinção? Certamente não pode ser nada do que observei nela por intermédio dos sentidos, uma vez que todas as coisas que se apresentavam ao paladar, ou ao olfato, ou à visão, ou ao tato, ou à audição se encontram modificadas e, no entanto, a mesma cera permanece.” Descartes, «Meditações sobre a Filosofia Primeira»

Descartes usa a cera como um exemplo: os seus sentidos informam-lhe acerca das suas características específicas, incluindo a textura, a forma, a cor e o cheiro. Porém, quando a cera é trazida para a chama, estas características mudam completamente. Mas, ainda assim, parece ser a mesma cera, embora agora os seus sentidos já o tenham informado que as características são diferentes. Assim, para Descartes entender a natureza da cera corretamente, ele não usa os seus sentidos. Descartes usa a sua mente. O que ele achava que tinha visto com os olhos, é somente e unicamente entendido com o seu poder de julgamento, isto é, com a sua mente.

“Tudo o que recebi, até ao presente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.” Descartes, «Meditações sobre a Filosofia Primeira».

Descartes estava, portanto, desconfiado das suas percepções, do conhecimento que obteve através dos seus sentidos e de todas as suas próprias crenças. Ele convenceu-se de que se deve usar a mente, em vez dos sentidos, para obter informações sobre o mundo. No sistema de conhecimento construído por Descartes, não se deve confiar na percepção como meio de reunir informações e o processo mental de intuição e posterior dedução é a única maneira de adquirir o verdadeiro conhecimento do mundo.

Na mesma obra, «Meditações sobre a Filosofia Primeira», publicada em 1641, Descartes leva esta ideia aos seus limites e chega à conclusão de que, talvez, todas as suas experiências, inclusive o conhecimento matemático, podem estar a ser “evocadas” por uma espécie de um Deus enganador, um Génio Maligno.

“...há muito que tenho no meu espírito certa opinião de que há um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou. Ora, quem me poderá assegurar que esse Deus não tenha feito com que não haja nenhuma terra, nenhum céu, nenhum corpo extenso, nenhuma figura, nenhuma grandeza, nenhum lugar e que, não obstante, eu tenha os sentimentos de todas essas coisas e que tudo isso não me pareça existir da maneira diferente daquela que eu vejo? E, mesmo como julgo que algumas vezes os outros se enganam até nas coisas que eles acreditam saber com maior certeza, pode ocorrer que Deus tenha desejado que eu me engane todas as vezes em que faço a adição de dois mais três, ou em que enumero os lados de um quadrado, ou em que julgo alguma coisa ainda mais fácil, se é que se pode imaginar algo mais fácil do que isso. Mas pode ser que Deus não tenha querido que seja dececionado desta maneira, pois ele é considerado soberanamente bom. Irei supor [...] que um génio maligno, tão poderoso quanto astuto, pôs todo o seu empenho em me enganar. Pensarei que o céu, o ar, a Terra, as cores, as formas, os sons e todas as coisas exteriores são meras ilusões de sonhos que ele engendrou para baralhar o meu juízo. Considerar-me-ei como não tendo mãos ou olhos, carne, sangue ou sentidos, mas tão-somente crenças falsas de que tenho todas estas coisas.” Descartes, *Meditações sobre a Filosofia Primeira*

Descartes afirma que não podemos saber se a nossa experiência não está a ser manipulada por um ser deste tipo. Não temos, portanto, justificação para acreditar que estamos a ter percepções fidedignas em vez de meras alucinações malignamente induzidas por um génio maligno.

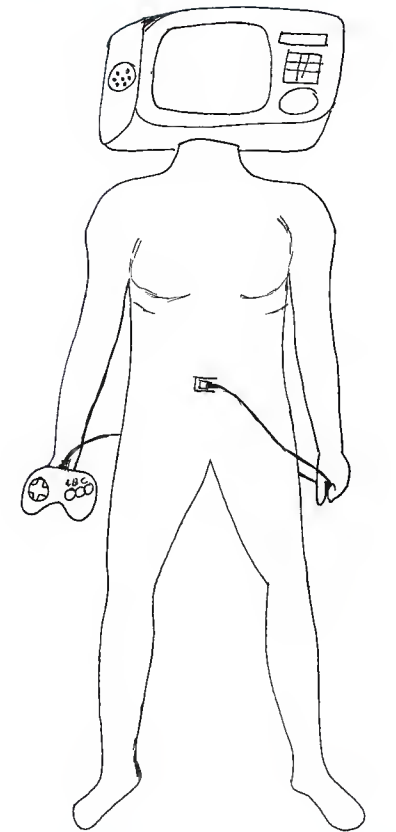
Uma versão mais moderna deste argumento, para aqueles que consideram o génio maligno fantasioso, é o de Hilary Putnam (século XX, 1981). Talvez no futuro a medicina esteja em condições de remover o cérebro e colocá-lo num género de uma cuba e cientistas malévolos possam usar computadores para alimentar diretamente o sistema cerebral com estímulos elétricos. Assim, tanto quanto poderia ser dado a avaliar, estaríamos a viver de forma exatamente igual à que percebemos de momento.

O cérebro numa cuba, embora apenas uma espécie de repetição do argumento de Descartes, é mais diretamente relacionado ao filme «Matrix». No filme, as vagens em que os seres humanos passam a vida representam a cuba. A única diferença é que, em vez de conter apenas cérebros desincorporados, as vagens contêm o corpo inteiro.

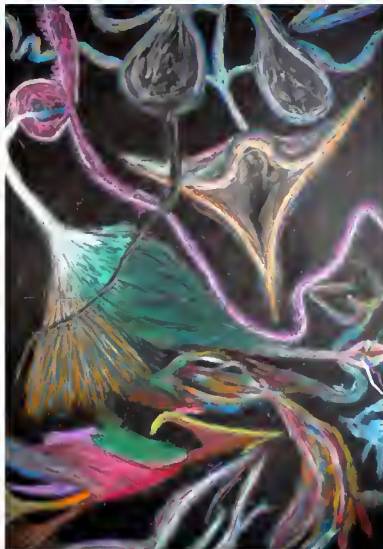
Em teoria, os computadores poderiam simular a realidade, se os estímulos sensoriais correspondentes à experiência humana pudessem ser determinados e "executados" como um programa de computador, o que poderia ocorrer nalgum tipo de implante cerebral avançado. Na prática, no entanto, mesmo se os cálculos exatos necessários para gerar um fluxo constante de consciência simulada fossem determinados, não existe computador no mundo que seja potente o suficiente para executar esses mesmos cálculos. O computador mais poderoso do mundo não é poderoso o suficiente para processar a informação visual que entra no olho de uma mosca-da-fruta durante um segundo, quanto mais gerar um fluxo de consciência. Algumas pessoas poderiam, neste momento, dizer que com o aumento da velocidade de processamento e os avanços na



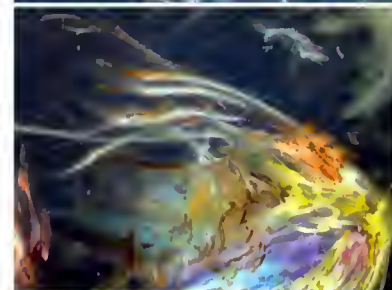
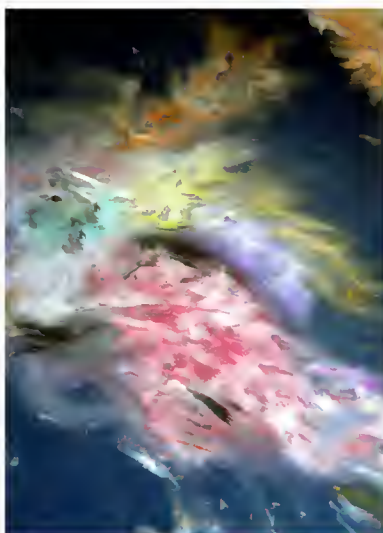
Joana Silva



Francisco Fernandes



Inês Martins



Maria Leonor Sousa

computação quântica, os computadores podem muito bem ter o poder de simular a consciência humana num futuro relativamente próximo. Mas isso é uma outra discussão, que está para além do tema deste trabalho.

A desconfiança de Descartes em relação à percepção é de difícil refutação. Descartes estava certo em desconfiar dos seus sentidos. As ilusões de ótica são um bom exemplo de estímulos sensoriais que produzem uma discrepância entre o que vemos e o que nós experimentamos. No caso das ilusões de ótica, temos consciência da discrepância, mas nós normalmente não questionamos os nossos sentidos. Para Descartes, mesmo a suposição mais básica da realidade estava a ser posta em dúvida.

Descartes aproximou-se, posteriormente, de todo o conhecimento, inclusive do seu próprio, a partir de uma perspetiva altamente cética. Apesar do seu ceticismo, Descartes tinha a certeza de que não poderia ser enganado acerca da sua própria existência, daí a sua máxima Cogito ergo sum ("Penso, logo existo"). Com isto, Descartes quis dizer que a única coisa de que não duvidava era da sua própria existência, pois o ato de pensar e duvidar era, desde logo, a afirmação da sua existência.

O argumento de Descartes é uma questão epistemológica. Ele questiona a natureza, os limites e a validade do conhecimento humano. Em vez de se inquirir acerca da natureza da realidade, Descartes questiona o seu próprio conhecimento e interpretação do mesmo. Usando um ceticismo metodológico, isto é, duvidar de todos os conhecimentos que não sejam irredutivelmente evidentes, Descartes duvidava de tudo o que fosse duvidoso, de forma a estabelecer uma base de conhecimento genuíno. Em termos de epistemologia, grande parte do nosso conhecimento adquirido é suficiente para explicar o mundo, mas não há tal coisa de verdade "absoluta".

A semelhança mais óbvia entre o filme «Matrix» e o trabalho de Descartes é, portanto, o facto de ambos parecerem duvidar da realidade do mundo exterior e põem em causa a validade das nossas perceções sensoriais. “Suponhamos”, diz Descartes, “que estamos a sonhar e que todas estas informações – ou seja, a abertura dos olhos, o movimento da cabeça, a colocação das mãos – são apenas ilusões” (Meditações sobre a Filosofia Primeira). De igual forma, no filme Matrix, um grande sistema de computador tomou conta da Terra e controla todas as mentes da humanidade, num mundo onde a suposta “realidade” é virtual. “O que é a *Matrix*? Controlo. A *Matrix* é um mundo de sonhos gerado por um computador construído para nos manter sob controlo” («Matrix», 1999). Assim, ambos colocam questões de veras importantes: o mundo que entendemos como realidade é verdadeiramente real? Ou é tudo apenas um sonho, ou uma brincadeira conjurada por um Ser que se diverte às nossas custas? E como podemos ter a certeza? Descartes e os criadores de «Matrix» propõem situações em que as nossas mentes estão a ser controladas por algo independente a nós mesmos, (seja isso um computador ou um génio maligno) que determina o que percebemos ser real.

No entanto, apesar de ambos colocarem questões semelhantes, é, principalmente, a sua maneira de responder às mesmas que os distingue. O filme «Matrix» retrata uma sociedade que tem sido enganada e “liderada” por um sistema de computador – designada por *Matrix* – como foi anteriormente referido, enquanto um pequeno grupo de dissidentes se une para lutar contra o seu poder e controlo. Ao reconhecer que o mundo em que acreditavam há muito tempo não era, na verdade, a realidade, este grupo de “rebeldes” conseguiu ver-se livre das garras da *Matrix*. No entanto, na situação hipotética de Descartes não há nenhuma forma de escapar da prisão criada pelas nossas falsas perceções – pelo menos, nenhuma que tenha sido sugerida.

Nós nunca conseguimos, de facto, descobrir a partir de Descartes o que acontece quando “acordamos”, por assim dizer, (se toda a realidade que conhecemos for meramente um sonho alucinante.) Imaginemos quão complicado teria sido a história do filme «Matrix» se o grupo de “rebeldes” descobrisse que o mundo supostamente real para o qual escaparam fosse também, como Descartes propõe, uma grande ilusão dos nossos sentidos!

Chegaríamos, eventualmente, à conclusão que a realidade é uma ilusão que nunca tem fim.

Imortalidade

A finitude faz do Homem, inevitavelmente, um ser mais aberto ao sofrimento mas com uma capacidade muito maior de alcançar a felicidade.

Ricardo Saraiva

Será a imortalidade um desejo feliz? Ou a inexistência de tempo levaria à inexistência de algo mais? A verdade é que conhecemos a imortalidade como um conceito puramente teórico, mas suponhamos agora que se trata de uma realidade e, mais do que isso, que existe em nós – vamos supor que podemos ser imortais.

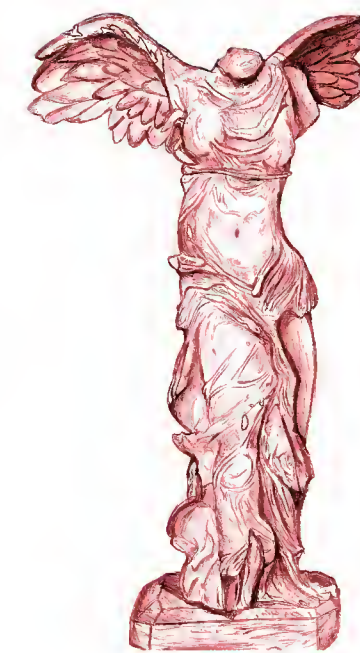
Imaginem-se fora do tempo e apercebam-se da subjetividade onde acabaram de ser inseridos. A partir deste momento, não existe morte, não existe pressa, a ansiedade vai-se desvanecendo, assim como o medo, os sonhos e o amor. Já nada tem tanto sentido como antes porque, como popularmente e em boa verdade se diz, o tempo cura tudo, e se o nosso tempo deixou de ser limitado, esquecer torna-se fácil. A verdade é que a morte, de uma forma estranha, e para alguns absurda e talvez mesmo mórbida, é a base e o nosso sentido de viver, ou pelo menos, aquilo que nos traz esse sentido.

Inconscientemente, tudo aquilo que sentimos está relacionado com o facto de sabermos que um dia vamos morrer; existem coisas que obviamente não mantêm uma relação direta com esse final, como rir de uma boa piada, ou sentir dor por ter dado uma queda (ou outro exemplo que queira dar), porque isto são meros sentimentos de percurso, sentimentos mais pequenos, que nos levam a outros maiores, como a felicidade e o medo. E o mesmo se passa com as nossas ações, que têm como base, a temporalidade. Obviamente que a decisão de ir comer fora ou almoçar em casa, não tem, mais uma vez, relação direta com a ideia de mortalidade, mas tal como os sentimentos menores, são as pequenas coisas que, somadas, nos levam aos sentimentos maiores, como o prazer e o desgosto.

Embora imortais, continuamos a ser, inevitavelmente, um animal de hábitos e de necessidades, mas essencialmente obedientes à lei do menor esforço. Como será viver para sempre? A verdade é que os exemplos são imensos. Se eu me esforço, em virtude de um projeto que quero concretizar é porque sei que projetos como esse não aparecem todos os dias. Se eu me esforço para agradar a alguém, é porque gosto ou amo essa pessoa e a quero comigo, e porque sei, que o amor não se encontra ao virar da esquina. Isso significa que a nossa felicidade se fundamenta no passar do tempo, e não na sua infinitude. Se gostamos de uma pessoa, se queremos estar com ela o mais depressa possível, e o máximo de tempo possível, é porque inconscientemente sabemos que o nosso tempo está contado; mas se fossemos imortais, não teríamos a ansiedade de a encontrar, e o próprio



Beatriz Rocha



Diogo Santos



Francisco Fernandes

amor e o prazer de o viver não seria igual pois não haveria pressa em viver, o melhor possível. Para além disso, a felicidade só existe se puder contrastar com a infelicidade, isto pelo menos, no seu estado mais prazeroso.

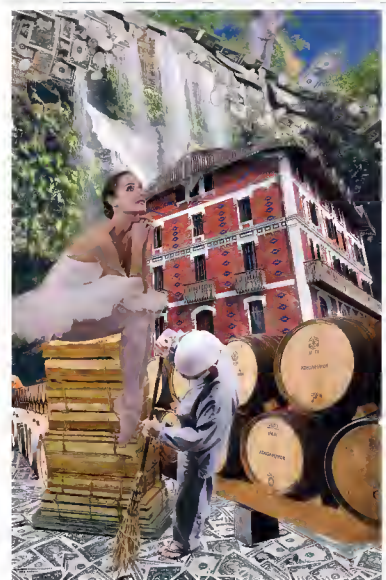
A finitude permite apresentarmo-nos perante a vida, de forma a sermos o mais felizes possível, no tempo que temos. Ser feliz é uma necessidade com prazo de validade. Mas a imortalidade tornaria todos os sentimentos maiores, necessários numa fase inicial, sem que existisse a ansiedade ou receio de os sentir, assim como os tornaria menos fortes - os bons, pela falta de pressa de os ter, e os maus porque a morte não existe, e teríamos todo o tempo do mundo para recuperar. Podemos então concluir, que a finitude, faz do Homem, inevitavelmente, um ser mais aberto ao sofrimento, mas com uma capacidade muito maior de alcançar a felicidade.

Joana Lourenço



Uma Questão de Sorte

Para termos a sorte do nosso lado necessitamos encontrar uma lógica naquilo que á partida parece aleatório, dominar essa lógica, analisá-la e a partir daí tirarmos ilações e conclusões sobre uma certa temática para aplicarmos no nosso dia a dia.



Inês Coelho

Gonçalo Naves

O que é a sorte? Existe, sequer? Podemos controlá-la? Bom, comecemos por analisar o seu significado. A palavra “sorte” não tem uma definição universal e aceite por todos para qualquer circunstância, pode variar com o contexto em que a utilizamos. Ainda assim, encontrei uma que, de certa forma, é aceite por muitos: “Sorte é uma força sem propósito, imprevisível e incontrolável, que modela eventos de forma favorável ou não para o ser humano.”. “(..) Uma força sem propósito (...)” e “incontrolável”. Mas, será incontrolável? Sê-lo-á sempre? Eu penso que não. Penso que nalgumas situações, ainda que não pareça, podemos orientar os pressupostos da sorte a nosso favor e tirar o devido partido dela. Todos nós já ouvimos a expressão “penaltis são lotaria”. Serão mesmo? Decerto se lembram da final da Liga dos Campeões de 2012, que opôs o Bayern Munique ao Chelsea. Fatídico fim o dessa partida, em que o guarda-redes londrino, Petr Cech foi o herói, ao defender, 3 penalidades: uma primeira no prolongamento e mais duas na decisão final. Não só defendeu três, como, nas outras, alegadamente por sorte, adivinhou sempre o canto para o qual a bola foi. Sorte, dizem vocês, tal como eu disse. Mas não. O próprio Cech revelou o seu segredo no final do jogo: tinha um DVD com todos os penaltis marcados por jogadores do Bayern desde 2007 a essa parte. Já começa a fazer algum sentido agora.

Cech analisou cuidadosamente cada grande penalidade da formação alemã, percebendo assim que, a maior parte dos seus jogadores, e em especial Arjen Robben, tinham uma preferência pelo canto esquerdo da baliza.

E esta não é uma situação isolada, acontece todos os dias, em todas as áreas. Qual é o segredo? O segredo chama-se atitude. Numa parte significativa dos casos, a sorte, como é comumente entendida, não existe. Existem sim, indivíduos que, devido a uma série de fatores (a maior parte possivelmente controlados por nós) foram beneficiados ou prejudicados, num determinado momento. Como tal, concluo que a palavra “sorte” não é mais que uma palavra utilizada para nós, comuns mortais, tentarmos explicar os fenómenos que, por desatenção, inteligência insuficiente ou qualquer outro motivo, não conseguimos compreender. Para termos a sorte do nosso lado necessitamos encontrar uma lógica naquilo que à partida parece aleatório, dominar essa lógica, analisá-la e a partir daí tirarmos ilações e conclusões sobre uma certa temática para aplicarmos no nosso dia a dia.

A mensagem que pretendo fazer passar é que o fator sorte é muitas vezes controlável pelo indivíduo. Ela não é sobrenatural. É possível manipulá-la a nosso favor. A sorte é como que uma atitude: se a adotarmos, poderemos de facto beneficiar do que ela nos pode dar. Ou seja, uma pessoa é sortuda se se comporta de maneira sortuda, estando assim na posição correta para aproveitar essa “sorte”. Enquanto um “azarado” se irrita numa festa, acusando o empregado de ter deixado cair vinho na sua camisa, um “sortudo”, ou como eu gosto de chamar, otimista, aproveita essa oportunidade para falar com essa pessoa, vindo, quem sabe, a descobrir que ela está a vender um carro do modelo que procurava a um preço muito baixo.

Tenha calma, não se irrite, analise cada detalhe e esteja sempre otimista. Um Homem inteligente avalia as probabilidades de êxito e, quando lhe são favoráveis e o ganho é representativo, aposta. Isto é válido para tudo. Vai ver que a sua sorte vai mudar.

Bibliografia:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sorte>



Joana Castanheira e Vanessa Sequeira



Joana Ratão

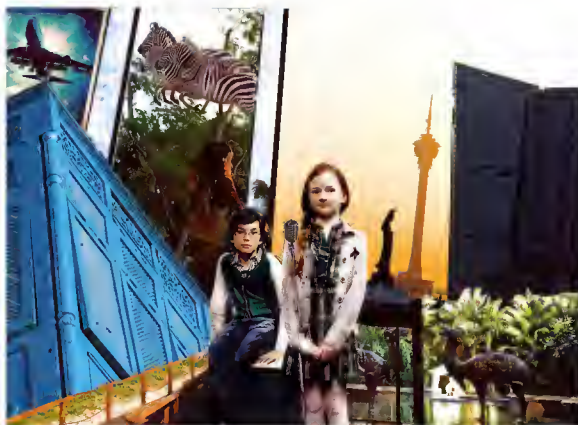


Ana Rita Jorge

O Nome da Rosa: A Filosofia Escondida por detrás dos Crimes de uma Abadia Beneditina

Falar do livro «O Nome da Rosa» sem fazer referência ao seu carácter filosófico é realmente difícil. No entanto, isso não impede que este seja um dos livros que suscite inquietação e expectativa por parte do leitor.

Tsvetomira Zagorova



José Silva

É um romance histórico e de mistério de Umberto Eco, publicado em 1980. Passa-se no revoltoso ambiente religioso do século XIV, na Idade Média, e narra a investigação que realizaram Frei Guilherme de Baskerville e Adso de Melk, um aprendiz Benedictino, em redor de uma misteriosa série de crimes que se sucederam numa abadia do Norte de Itália.

Falar do livro O Nome da Rosa sem fazer referência ao seu carácter filosófico é realmente difícil. No entanto, isso não impede que este seja um dos livros que suscite inquietação e expectativa por parte do leitor. São três as ideias que gostaria de destacar, e que adquirem luz própria se as considerarmos a partir da coluna vertebral do livro: O Nome da Rosa é, sem dúvida, um dos melhores retratos da Idade Média. Pode ser que em alguns aspetos careça de rigor histórico, mas a habilidade com que aparecem

representadas algumas das ideias-chave para compreender este período é inigualável.

Com o teocentrismo medieval como fundo, e a crise incipiente de uma época que termina, O Nome da Rosa é um veículo excelente para aprofundarmos a nossa compreensão de um período histórico ao qual nem sempre se presta atenção suficiente e que é de grande importância.

A primeira ressonância filosófica é a busca indutiva das provas (método indutivo) por Guilherme de Baskerville das provas, um ex-inquisidor, que deixou o Santo Ofício da Inquisição e que é uma recriação literária de Guilherme de Ockham, um dos filósofos mais polémicos do seu tempo, que teve problemas de diversa índole diante das autoridades da Igreja, tendo sido excomungado pelo Papa João XXII por exercer a liberdade de expressão. Esta personagem da história lança-se em busca de uma nova forma de pensamento, que atingirá o seu ponto mais alto na modernidade: pensamento que não se constrói sobre a autoridade nem sobre a revelação, mas sobre os argumentos racionais elaborados a partir das provas obtidas empiricamente (o caso do cavalo Brunello é um exemplo disto, no início da história). Toda a ciência moderna aparece prefigurada em Guilherme e no seu particular modo de investigar os assassinatos da abadia. Tempos de crise, portanto, os que aparecem no relato: pensamentos que começam a ser superados e outros que nascem lentamente, ameaçados pelos mais diversos perigos. Crise e choque deixam-se notar noutro dos tópicos do enredo: o enorme conflito interno da Igreja Católica diante de uma ordem nascente, os Franciscanos, que questionam de um modo radical a vida opulenta e cómoda das altas autoridades eclesásticas: julgamentos, perseguições e censuras esperavam quem não estivesse de acordo com a doutrina oficial, algo que, tanto na política como na religião foi, lamentavelmente, uma constante histórica.

A incapacidade de suportar a crítica, de admitir que alguém pense de forma diferente. A mesma intolerância que possibilitará que um livro possa chegar a matar. Que por um livro se possa chegar a matar. Há ainda um terceiro momento: os obstáculos à liberdade de expressão e o acesso livre à cultura - esse para nós perdido livro de Aristóteles, queimado pelas chamas da ignorância e do autoritarismo vazio, sem fundamento. Acaso vivemos, realmente, em tempos tão distantes das situações que descreve a história? Só o tempo o dirá.

Bibliografia

Eco, Umberto, O Nome da Rosa, Ed. Difel, Lisboa, 2004

<http://www.physics.ohio-state.edu/~prewett/writings/BookReviews/NameOfTheRose.html>

<http://www.gradesaver.com/the-name-of-the-rose/wikipedia/plot-summary/>

http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_8_uma_analise_pela_relevancia.pdf

http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fe1.htm



Vanessa Sequeira



Duarte Bonniz

Joana Augusto



A Sede Insana do Mundo

O Homem, para além do cérebro primordial, tem um cérebro cognitivo que em tudo se distingue do emocional e é capaz de pensar o pensamento e de interpretar logicamente a informação abstrata. E são estes dois cérebros que regem as pessoas; são eles os responsáveis por todos os nossos pensamentos e sentimentos.

Maria de Lemos Toscano

Inicialmente, somente os animais com cérebro emocional eram capazes de sobreviver pois este dava-lhes coordenadas sobre como conseguir alimento, afeto e parceiros com quem procriar de forma a dar continuidade à sua espécie. Só depois de uma longa linha evolutiva, de uma longa preparação para a excelência na sobrevivência, é que a Natureza lhes atribuiu a razão. O Homem, para além do cérebro primordial, tem um cérebro cognitivo que em tudo se distingue do emocional e é capaz de pensar o pensamento e de interpretar logicamente a informação abstrata. E são estes dois cérebros que regem as pessoas; são eles os responsáveis por todos os nossos pensamentos e sentimentos. Quando sujeito a um estímulo, o indivíduo reage com os dois instrumentos; ambos elaboram uma resposta independente e, se estas concordarem, a decisão do indivíduo está facilmente tomada, mas se as respostas não estão em concordância o indivíduo entra em dúvida relativamente à opção a escolher e gera-se uma sensação de desconforto. É este o mecanismo motor do mundo em que vivemos.

Na mesma linha de investigação surge o conceito de inteligência emocional, a capacidade de prever, entender e gerir as emoções do próprio e dos outros. Segundo investigações em New Hampshire e Yale é esta faculdade que está na base da realização de uma pessoa. Estes resultados vieram contrariar o antigo paradigma que muitos seguiam e que afirmava que só aqueles cuja capacidade de abstração e flexibilidade no tratamento de informação lógica, averiguada com testes de Quociente de Inteligência (Q.I.), seriam capazes de ter sucesso. A nossa sociedade atual passa agora por uma transformação de perspetiva sobre a valorização das capacidades. A inteligência emocional, enquanto conceito,



Rita Gracias

ganha cada vez mais relevo no quotidiano. Um fator que contribui para esta consideração é o clima de crise em que vivemos. A pressão entre os cidadãos aumenta e a capacidade de gerir emoções e relações é cada vez mais crucial para o bom funcionamento da sociedade.

Adotando uma abordagem culturalista relativamente às emoções, estas são o resultado da aprendizagem no decurso do processo de socialização. Ou seja, a expressão das emoções varia conforme o contexto sociocultural em que se está inserido pois os hábitos, costumes e valores variam de civilização para civilização. Nesta mesma perspetiva, pode-se concluir que a inteligência emocional tem as suas variações também pois se em cada cultura a expressão emocional varia, a sua compreensão, gestão e interpretação também. Este fator torna a sua avaliação mais difícil pois não é objetiva como o cálculo da inteligência racional.

Uma decisão tem então por base a componente cognitiva que prevê as consequências das várias opções, avalia a situação e faz comparações lógicas, e a componente emocional que a partir da perceção da situação evoca experiências emocionais já passadas. O equilíbrio é a chave de tudo isto. A gestão de uma vida mental sã passa por conseguir ter em conta ambos os cérebros de forma a chegar à melhor solução. Não é fácil mas é praticável. Muitas vezes basta confiar no instinto; isto é, as primeiras escolhas, em 80 % dos casos, são as melhores.

Após esta dádiva tão extraordinária ter sido atribuída é necessário, e de extrema importância, que seja bem utilizada. A História mostra períodos de maior e menor sanidade, de maior e menor equilíbrio entre cérebros. Grandes feitos foram atingidos mas também grandes malícias. Qual será o futuro? Será que a mesma linha de evolução que concedeu inteligência pode exterminá-la?

Bibliografia:

Monteiro, Manuela Matos e Ferreira, Pedro Tavares — *Ser Humano* - Psicologia B , 12º. Ano, 1.ª Parte, Porto Editora, 2009.

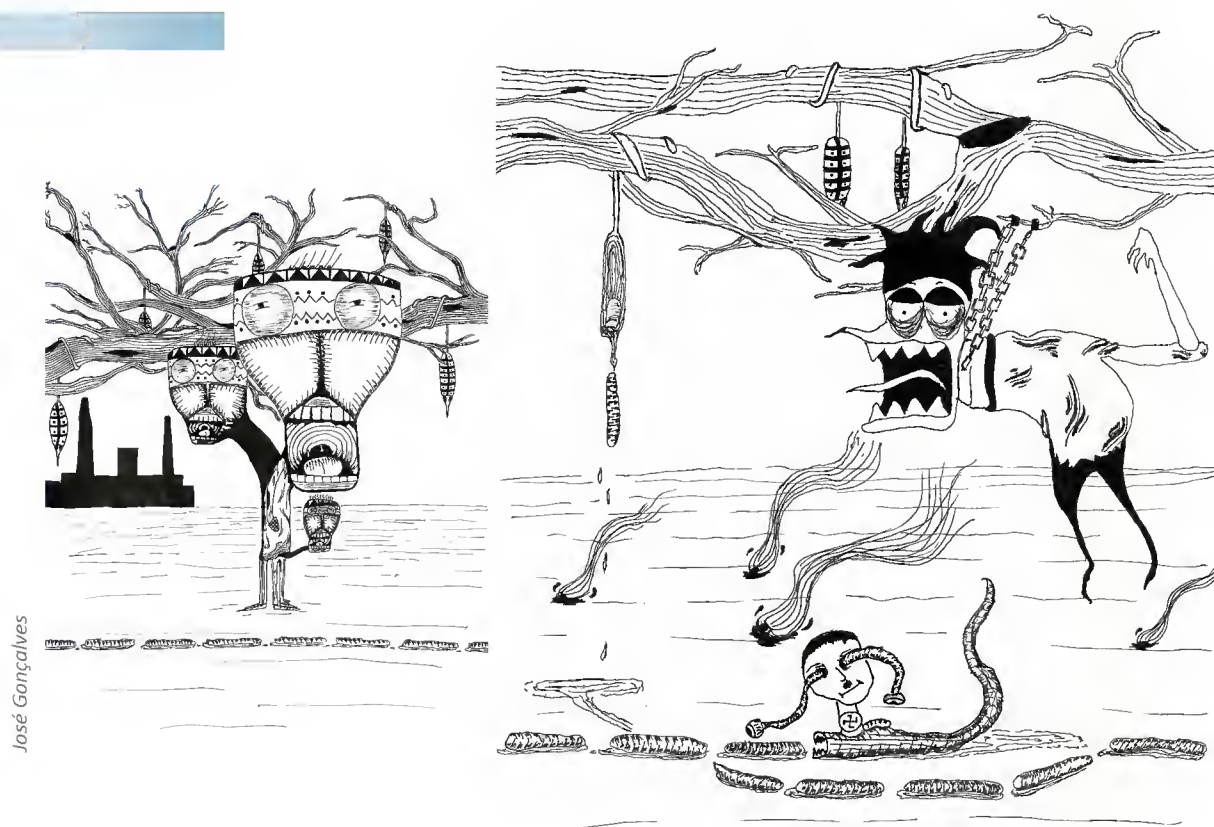
Servan-Schreiber, David - *Curar*, BIS Editora, 4.ª edição, novembro 2013.



Rita Gracias



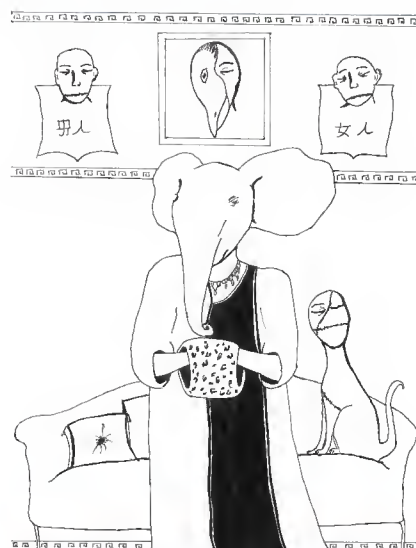
Mafalda Nunes



José Gonçalves

Polónia Ocupada pelo Preconceito

O preconceito é a existência de um pré-conceito, de um pré-julgamento, isto é, antes de conhecermos ou de entrarmos em contacto com uma outra realidade já temos ideias formadas sobre a mesma, geralmente negativas.



Mafalda Nunes

Catarina Monteiro

Diz-se que a aprendizagem começa no fim da nossa zona de conforto e que é no arriscar que está o proveito. Foram precisamente estas, entre outras, as razões que me fizeram participar no projeto Comenius e partir em busca de novas oportunidades e experiências. Dia 22 de setembro embarquei para Katowice (Polónia), onde passei os três meses seguintes numa família de acolhimento. Há melhor maneira de contactar com a realidade de um país?

A Polónia é um país europeu distante do nosso, pelo que, a maioria, pouco sabe sobre o povo polaco. Eventualmente, associamos um ou outro facto histórico relacionado com a 2ª Guerra Mundial, mas não mais que isso. O principal objetivo deste artigo prende-se com uma análise mais profunda e esmiuçada do preconceito, da categorização social da qual foi alvo, entre outros, o povo judaico.

A estadia em Katowice permitiu-me compreender a influência e o peso de um passado tão negro como o dos polacos, que possuem uma cultura turística edificada sobre o terror do genocídio. Tento, assim, ligar este meu testemunho ao mundo da psicologia abordando algo tão importante como o preconceito.

Não querendo criar um pleonismo, o preconceito é a existência de um pré-conceito, de um pré-julgamento, isto é, antes de conhecermos ou de entrarmos em contacto com uma outra realidade já temos ideias formadas sobre a mesma, geralmente negativas. É um estereótipo baseado numa avaliação e numa categorização social constituída por sentimentos negativos. A raça ariana desenvolveu perante outras raças atitudes baseadas nas três principais componentes do preconceito: cognitiva, afetiva e comportamental.

Relativamente à componente cognitiva podemos depreender que foi criado um pré-julgo face a vários grupos sociais: judaicos, ciganos e pessoas com deficiências do foro psicológico e motor. Quanto à componente afetiva, sabe-se que o nazismo criou sentimentos de raiva, ódio e revolta para com os grupos acima referidos. Esta posição radical levou ao início do extermínio em massa – componente comportamental.

Defendo que todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de visitar o museu do campo de concentração Auschwitz-Birkenau, o maior durante a 2ª Guerra Mundial. Esta visita dá-nos a melhor visão do impacto que a discriminação social tem sobre a humanidade. Pode, por outro lado, mostrar-nos a multidão que foi movida por uma causa tão desonesta, liderada por um dos maiores génios da oratória de sempre. Criando uma ligação à disciplina de Filosofia de 11º, associa-se Hitler a uma figura que recorria frequentemente ao pathos para mover e adicionar apoiantes à sua doutrina, instalando sentimentos como o caos e a repugnância.

Após esta nota histórica é de prever o comportamento social do povo polaco: pessoas maioritariamente reservadas, silenciosas, frias, de pouca recetividade aos estrangeiros e ainda numa procura de identidade, que lhes fora ferozmente retirada durante a ocupação alemã e, posteriormente, russa.

Para os mais velhos, que ainda passaram por períodos de grandes dificuldades, é difícil afirmar qual foi a época mais torturante, se a dominada pelos nazis ou se durante o regime comunista exercido pelos russos. Inegáveis são os anos sem acesso a processos de socialização, sem modelos de identificação, sem qualquer hipótese de construção e continuação de uma identidade. Com isto, não pretendo cair numa generalização precipitada, pois nem todos os polacos são melancólicos e agarrados ao passado. As novas gerações vivem cada vez mais distanciadas das antigas marcas, contudo, é difícil esquecer e fechar os olhos a algo tão intenso e prolongado. Adota-se, então, uma posição de reafirmação ditada pela exigência e rigor, muito contrastante com a típica desconfiança da mentalidade portuguesa.

Foi este contraste, esta diferença, que também me fizeram partir para a Polónia. Não é viajando para a capital de um país durante uma semana que entendemos e nos apercebemos da cultura do mesmo. É necessário todo um processo de integração, audácia, vontade e independência para descobrir um mundo novo, entender as razões pelas quais o povo polaco é diferente do povo português, sendo que o contexto e os processos são de extrema relevância no alcance dos fins, considerando estes “fins” o conjunto atual de mentalidades dos polacos.

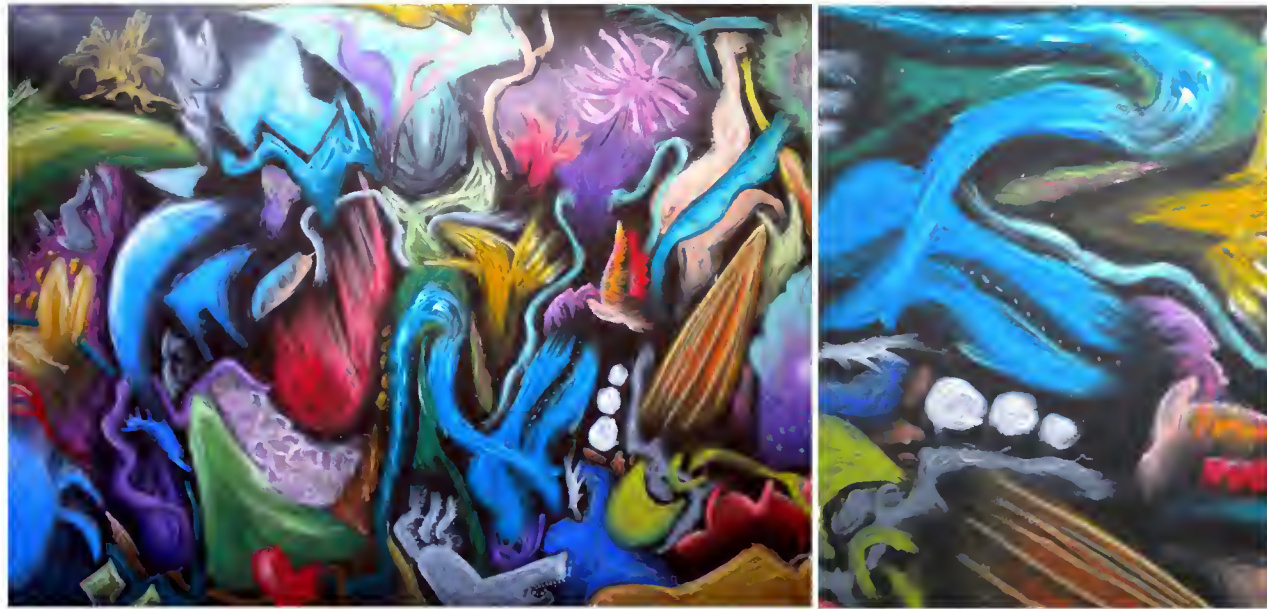
Para concluir, a curiosidade, a vontade de saber mais e o arriscar levam-nos a conhecer, a aprender e a perceber melhor o mundo em que vivemos. São oportunidades como estas que nos fazem crescer como seres humanos biologicamente sociáveis e, só assim, podemos destruir as correntes que nos prendem, constantemente, a preconceitos.



Sara Monteiro Santos



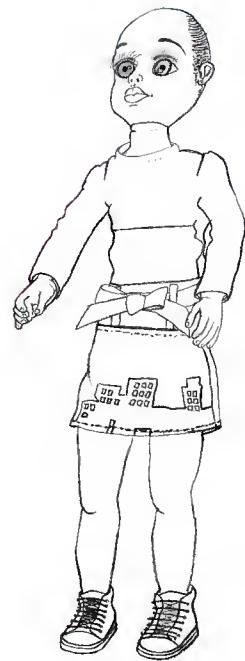
Ana Rita Santos



Beatriz Rocha

O equilíbrio entre a Memória e o Esquecimento

Tudo se modifica quando um dia deixamos de saber quem nós somos, onde estamos e quem são aquelas pessoas que estão a olhar para nós.



Duarte Bonniz

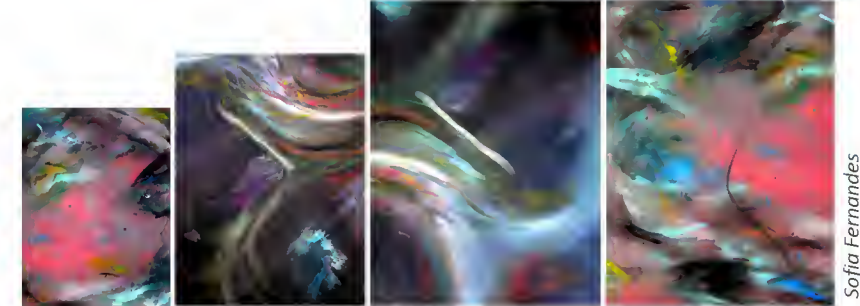
Cláudia Silva

Acordamos, pela manhã, depois de uma longa noite de sono e sabemos que temos de nos levantar para nos arranjarmos e por fim sairmos para um dia de trabalho. Chegando ao trabalho, sabemos, perfeitamente, aquilo que temos de fazer e por quanto tempo. Ao sairmos do mesmo, temos a noção se precisamos de ir a mais algum sítio ou se vamos logo para casa e como vamos. Até aqui temos uma vida perfeitamente normal e fácil de gerir.

Tudo se modifica quando um dia deixamos de saber quem nós somos, onde estamos e quem são aquelas pessoas que estão a olhar para nós. Torna-se então difícil de seguir com a nossa vida em frente de uma forma independente, isto é, tornamo-nos dependentes dos outros para qualquer coisa, pois a nossa memória, sendo aquilo que nos define enquanto seres humanos, não funciona de forma correta, ou seja, perdeu-se.

Recentemente conheci um caso de um senhor, que infelizmente já não se encontra entre nós, que teve um grave problema de saúde. Com este problema a sua dependência dos outros era constante, não só porque este problema o limitou fisicamente, agravando alguns problemas que também já tinha, mas também porque o limitou psicologicamente; ou seja, a sua memória começou a falhar, tendo momentos em que o próprio não sabia quem era nem quem eram aqueles mais próximos que dele cuidavam. O tempo foi passando e havia dias mais positivos que outros, mas tanto para a família e amigos, como para o senhor em questão, esta situação era devastadora não só pela dependência que o senhor tinha dos outros e pelo desgaste, mas também pela interrupção da vida dos outros; ou seja, os outros ficavam limitados devido à assistência permanente que prestavam ao senhor. Por exemplo, no caso da toma de medicação, se o esquecimento do senhor se sobrepunha à memória era impossível esta toma a horas certas e ser o medicamento certo. Isto é só um pequeno exemplo de como se tornou a vida do senhor e daquela família de um momento para o outro.

Desta forma, é importantíssimo que haja um equilíbrio no nosso interior, na nossa mente, entre a memória e o esquecimento, porque se assim não for, é impossível continuarmos a nossa vida “sozinhos” sem qualquer tipo de ajuda.



Sofia Fernandes

A Música, os Processos da Mente e a Sociedade

A música tendo intenções artísticas, é uma forma de expressão de emoções e de sentimentos por parte do autor, intervindo, por isso, nos processos emotivos do sujeito que a compõe. Para além disso, pode suscitar processos emotivos em quem ouve a música.

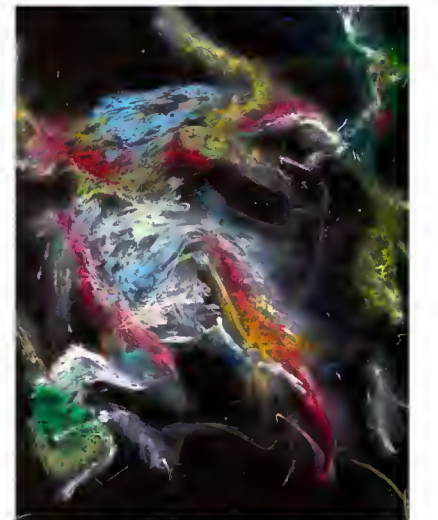
Sara Brito

A música tem um papel importante na vida de cada um e em toda a sociedade, podendo ser definida como uma organização de sons com intenções artísticas, capaz de intervir nos três processos da mente: cognição, emoção e conação.

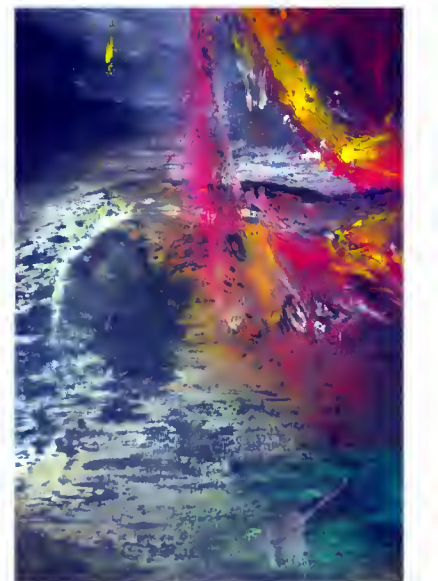
A palavra música advém do latim significando instrução, habilidade. Na prática musical é, de facto, necessário desenvolver uma habilidade, um conhecimento perante a área ou instrumento musical. Assim, nesse processo complexo o aprendiz perceciona os elementos musicais: vê as pautas, ouve as melodias, sente as vibrações das ondas sonoras, pelo tato toca o instrumento musical e interpreta toda esta informação. Em simultâneo, ocorrem processos da memória: a informação recolhida é codificada, armazenada e, passará da memória a curto prazo para a memória a longo prazo, sendo recuperada sempre que necessário. Com tudo isto, dá-se a aprendizagem de “como fazer música”, sendo esta maioritariamente uma aprendizagem realizada por observação e imitação e com recurso a símbolos e representações. Mesmo não se tocando qualquer instrumento, na simples audição de uma música conseguimos percecioná-la e memorizá-la. Assim, conclui-se que a música intervém nos processos cognitivos.

Os processos emotivos são estados relacionados com o sentir, caracterizados pela subjetividade. A música tendo intenções artísticas, é uma forma de expressão de emoções e de sentimentos por parte do autor, intervindo, por isso, nos processos emotivos do sujeito que a compõe. Para além disso, pode suscitar processos emotivos em quem ouve a música. Por exemplo, quando determinada música é associada a um momento da vida pessoal de uma pessoa, esse encadeamento particular de sons suscita determinado sentimento. É, também, visível o efeito da melodia no estado emocional de quem a ouve. Uma melodia alegre tende a promover a alegria, enquanto que uma melodia sombria tende a promover a tristeza/nostalgia. A música pode ter, por isso, um papel terapêutico, regulador das emoções, aumentando a qualidade de vida de quem a ouve.

Os processos conativos expressam-se em comportamentos, ações, correspondendo à dimensão intencional da vida psíquica. A conação é essencial na música pois é através deste processo da mente que determinada pessoa consegue aprender a tocar um instrumento. É a sua motivação, o empenho, a vontade e o desejo que dá sentido à sua ação de tocar, a fim de aprender a “criar música”. Por outro lado, atividades musicais promovem o desenvolvimento de processos conativos à medida que a dificuldade vai aumentando. O mesmo se verifica com a cognição e a emoção. A relação entre a música e os processos da mente é recíproca: são necessários para a música e a música promove-os.



Ana Rita Santos



Ana Rita Santos e Filipa Seabra



Vilma Ferreira

Para além de influenciar cada indivíduo de forma pessoal e única, a música influencia a sociedade num todo. Em tempos primórdios, o ser humano comunicava através de músicas e sons, mais tarde verificamos que determinado grupo cultural apresenta determinado tipo de músicas, e finalmente já numa micro perspectiva verificamos que cada país tem o seu hino, cada clube desportivo a sua canção, entre outras associações. A música passou a permitir o agrupamento de pessoas com algo em comum, fazendo parte da memória coletiva, simbolizando uma entidade ou acontecimento. A música fortalece, assim, a relação entre grupos, contribuindo para a formação de identidades, evidenciando a partilha de algo comum.

Em conclusão: a música depende dos processos da mente para existir e promove-os de forma útil para a vida diária pessoal, marcando também o coletivo, veiculando a formação de identidades e de grupos de pessoas com algo em comum.

Anormalmente falando e a Coadoção Homossexual

O que é ser normal? Nos dias que correm e no futuro que nos adivinha, então, onde paira a definição de normalidade?

Filipa de Matos

Comecemos por abordar a noção de tradição: conjunto de práticas ou de valores transmitidos de geração em geração; conjunto de crenças de um povo/sociedade que fazem parte da sua cultura. Ora, partindo do princípio que, na gíria comum, “tradição” se reflete num nível “aceitável” e justificado de “normalidade” – associam-se, geralmente, as duas ideias – teríamos que apontar tudo o que escapasse aos seus limites como “anormal”.

A questão que se coloca é: até que ponto podemos definir a noção de normalidade? E desta advém necessariamente outras como, por exemplo, se haverá critérios suficientemente rígidos para que se possam elaborar listas para diferenciar aquilo que é normal daquilo que deixa de o ser. Assim, todos poderíamos consultá-las por forma a não trair os padrões a que estaríamos sujeitos e tudo seria perfeito. Ou não... E, a partir desta, muitas outras e assim sucessivamente. Significando isto que entraríamos num jogo de perguntas insuficientes, mesmo para respostas que nunca encontraríamos e acabaríamos cercados por elas numa grande perda do nosso precioso tempo, sem alcançar uma conclusão plausível. O que quero dizer é: eu não tenho tempo para pensar em “normalidades”, para pensar “normalmente”, se é que me faço entender...

Até aqui, tudo parece claro. O “formigueiro” aparece, no entanto (por interessante que pareça), quando, mesmo sem nenhum tipo de esquema ou formulação, sem nenhum quadro pré-estabelecido de normas, de repente, como que um mecanismo automático, nos deparamos com esta equívoca associação entre os dois conceitos, que nos penetram a mente e se nos jorram pela boca em discursos do dia a dia, sem sequer por isso darmos conta. De facto, estas duas noções não podem nem devem ser equiparadas porque isso implicaria, por força, uma noção de “anormalidade” – e esta no sentido pejorativo que a mesma carrega – com rédea demasiado curta. Tornar-se-ia, então, uma ideia que pesaria constantemente nas consciências já demasiado remexidas, com limites estabelecidos que seriam mais exíguos que a própria palavra em questão. E esta é uma das muitas razões que nos dizem que devemos ser extremamente cuidadosos com as palavras.



Andressa Meicasa



José Gonçalves

Para melhor me fazer explicar, apresento o seguinte exemplo: um homem “de família”, alcoólico, que maltrata a mulher e os filhos mas que, muito orgulhosamente, pratica o tipo de sexualidade “tradicional”, “comum” – isto no sentido correto da descrição. Segundo a “normalidade” com que a sociedade carrega a tradição, será uma pessoa perfeitamente capaz de educar os seus filhos. Ora, a meu ver, se a normalidade não se apresentasse tão indissociável da tradição, tal facto não se comprovaria. Pessoalmente falando, preferia que um casal homossexual (independentemente do tipo de sexo que praticassem) educasse as minhas crianças. Mas não, essa não é a tradição – isso não é normal. Será que emerge agora, claramente, o verdadeiro problema?

Isto remete-nos logicamente para um dos assuntos mais em voga nos dias de hoje: a coadoção por casais do mesmo sexo. E, a partir desta ideia e no seguimento de toda a linha de pensamento até agora construída nesta pequena reflexão, advém necessariamente outra: Não é tradicional, não é normal. A coadoção por casais do mesmo sexo é uma coisa completamente bizarra, estranha, anormal. Agora, vejamos, será que é isto que querem dizer mesmo quando afirmam “eu não tenho nada contra, mas claro que o mais “normal” é uma família com um pai e uma mãe”?! Então, eu respondo: Não é o “mais normal”. Primeiro, porque isso implicaria a existência da noção de algo “menos normal” e isso seria demasiado complicado neste momento e, depois, porque quando muito, é o tradicional, o mais comum, o fenómeno que mais provavelmente acontece. Não significando isto, que é normal um pai maltratar a sua mulher e filhos e, “felizmente”, praticar uma sexualidade “normal” porque é tradicional a ideia de marido e mulher.

Deixo então o testemunho, já que tenho a oportunidade, para que fique bem clara a separação entre normalidade e tradição e que a sua fusão é estritamente perigosa, no sentido ofensivo e errado do contrário de normalidade, que emerge logo que esta é estabelecida. Até porque, convenhamos, o que é ser normal? Nos dias que correm e no futuro que nos adivinha, então, onde paira a definição de normalidade? Na minha consciência o conceito sumiu, foi varrido pela vassoura que diz: o que existe são fenómenos. Um acontecimento aqui, um acontecimento ali. Há fenómenos tradicionais, há fenómenos que criam uma tradição e há fenómenos particulares, menos comuns, mas que, ainda assim, são perfeitamente “normais”- Já que insistem no emprego da palavra!



João Brito



Catarina Correia



Carolina Rodrigues
Inês Martinho

Borderline

O transtorno de personalidade borderline identifica-se com uma perturbação caracterizada por um padrão comportamental de instabilidade no que concerne quer aos afetos quer ao controlo dos impulsos, quer às relações interpessoais, quer ainda, à auto imagem.



Ana Costa
Catarina Costa

Beatriz Viana

Embora o assunto desta minha reflexão vos possa ser totalmente desconhecido, se atentarem no termo que dá título ao meu trabalho, certamente que este vos sugerirá uma ideia acerca do objeto sobre o qual me vou debruçar nos próximos parágrafos.

De facto, constatamos com manifesta facilidade que o termo “borderline” nos remete para um limite, para algo fronteiro, se preferirmos. Neste sentido, o transtorno de personalidade Borderline, também conhecido por transtorno de personalidade limítrofe, é aplicado, precisamente, para designar os indivíduos que vivem no limite entre a normalidade e os surtos psicóticos, ou seja, aqueles que apesar de não serem considerados psicóticos extravasam de modo frequente, intenso e persistente a linha da normalidade, evidenciando, ainda que de forma pouco carregada, traços comportamentais característicos da psicose. Descodificada, do ponto de vista etimológico a palavra sobre a qual incidirá a minha análise, considero da máxima importância esclarecer-vos quanto à definição vulgarmente aplicada a este transtorno da personalidade, cujo estudo tem, ao longo dos anos, sido aprofundado pela psicopatologia.

Podemos então admitir que, em traços muito gerais, e sem entrar ainda na descrição demorada da sintomatologia ou de características mais específicas que denunciam este distúrbio mental, o transtorno de personalidade borderline identifica-se com uma perturbação caracterizada por um padrão comportamental de instabilidade no que concerne quer aos afetos quer ao controlo dos impulsos, quer às relações interpessoais, quer ainda, à auto imagem.

Mas porque esta é uma definição muito vaga acerca do TPB (Transtorno de Personalidade Borderline) considero necessário explorar com mais profundidade e rigor este distúrbio. Para o efeito, optei por utilizar como exemplo o filme “Atração Fatal”, a partir do qual, mediante uma análise da obra, destaquei alguns aspetos característicos do TPB.

Mas do que trata “Atração Fatal”? Para ser sucinta, o filme que estreou nas salas de cinema em 1987 conta a história de Dan Gallagher – personagem encarnada por Michael Douglas – um homem bem-sucedido, tanto profissionalmente, na sua carreira de advogado, como no plano pessoal, que vive um casamento feliz com Beth Gallagher, até que certo fim de semana, aproveitando a ausência da companheira, se envolve num caso furtivo com a personagem de Glenn Close, Alex Forrest, uma executiva solteira, extremamente sedutora, mas que se vem a revelar, ao longo do filme, uma mulher gravemente perturbada, no sentido em que, se recusa terminantemente a aceitar o fim do relacionamento com Dan, apesar deste ter sido perentório quando a informou de que a relação entre os dois não poderia manter-se no futuro.

Assim, Alex, consumida pelo seu forte sentimento de abandono, envereda por um caminho de perseguição doentia, em que põe em prática as mais mórbidas manobras num esforço inglório de reconquistar o advogado. Alex denota, de facto, um comportamento extremamente desequilibrado o que, conhecendo as características do borderline, nos impele, desde logo, a considerar estarmos realmente na presença de um caso de TPB.

Os Bordelines são, geralmente, pessoas com aparente facilidade de integração social, simpáticas e agradáveis. Contudo, na intimidade, isto é, na relação com as pessoas de convívio mais íntimo, são explosivas, agressivas e irritáveis, e manifestam oscilações de humor, que apesar de breves funcionam em pólos diametralmente opostos variando entre o amor e o ódio, a apatia e o entusiasmo exagerado ou a alegria efusiva e a tristeza profunda.

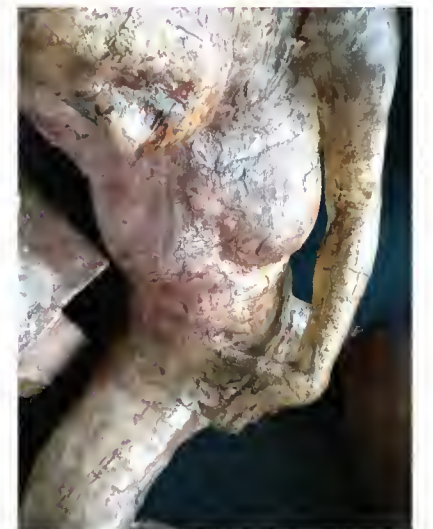
Alex não é, pois, exceção à regra. Muito pelo contrário: no início do filme não existe nenhum comportamento anormal, nenhum indício de desequilíbrio que nos leve a pôr em causa a sanidade da executiva. Os primeiros minutos de atração fatal dão-nos, simplesmente, a perceção de uma mulher bonita, sedutora, confiante que capta, naturalmente, a atenção de Gallagher.

Alex evidencia o seu primeiro sinal de obsessão quando, após se ter envolvido sexualmente com Dan, este se prepara para regressar a sua casa. Numa tentativa de evitar o tão temido abandono, Forrest corta os dois pulsos e abraça-se a Dan, chorando compulsivamente nos seus braços.

Realmente, episódios deste tipo são lamentavelmente recorrentes nos doentes borderline. Caracterizados pela impulsividade das suas atitudes, pela falta de autocontrolo e pela intolerância à frustração e às mais pequenas contrariedades, os acessos de raiva, as explosões de agressividade e os comportamentos auto destrutivos constituem o quadro sintomatológico dos Borderline, no sentido em que, os doentes com este transtorno, face ao sentimento crónico de insatisfação, à sensação irremediável de vazio, de rejeição, de não-aceitação, ao terror provocado pela possibilidade de abandono, reagem intempestivamente, empreendendo as estratégias mais assustadoras e atentando contra os que lhes são próximo ou mesmo contra os próprios para alcançarem aquilo a que se propõem. Trata-se de manipulação na verdadeira acessão da palavra, de chantagem emocional, de um esforço sobre-humano no sentido de evitar a perda que se afigura insuportável para um Borderline e que, pelo seu comportamento ameaçador, acarreta prejuízos para os que o rodeiam, e para si, no tocante à auto imagem e à auto estima.



Catarina Guerreiro
Inês Fonseca



Ana Costa
Catarina Costa



Inês Vilar



Mariana Elias



Joana Brites

A Dependência do outro, a necessidade do outro em tempo integral, insere-se, efetivamente, no conjunto de peculiaridades apresentadas por estes indivíduos. No filme estão presentes toda uma série de comportamentos que denotam a intenção de Alex de direcionar a atenção de Dan para si: entre a cena da automutilação, as idas sistemáticas ao escritório do advogado, os telefonemas incómodos para sua casa, a simulação de uma gravidez, a visita a Beth (com o pretexto de estar interessada em comprar a casa do casal), a sabotagem do carro de Dan, a invasão da propriedade dos Gallagher, a tortura infligida ao coelho da pequena Ellen Gallagher (filha de Beth e de Dan) e o rapto da menina, Alex transforma a vida da família num autêntico pesadelo.

Mas note-se que, depressa, o amor que a executiva nutria por Dan se desvanece, dando lugar a um sentimento impiedoso de ódio resultante do afastamento entre os dois, que Gallagher escolheu estabelecer.

Nestes casos, podemos mesmo admitir ser esta uma realidade incontornável das pessoas que sofrem desta doença, ou seja, face ao abandono ou mesmo ao mais ínfimo descuido por parte do ser amado, os doentes borderline tornam-se propensos a desenvolver um profundo ressentimento em relação ao outro na medida em que se sentem desamparados e traídos, pelo que, a admiração se transforma repentinamente em desencanto.

Por outro lado, o facto de Alex ser solteira e do relacionamento com Dan Gallagher não ter perdurado, não é de forma alguma um acaso: o realizador de atração fatal foi na minha ótica, extremamente competente no retrato que traçou do relacionamento amoroso – tipo de um paciente borderline. De facto, consentaneamente com o que sucede nos casos reais de TPB, a relação de Alex e Dan evidencia-se intensa mas marcadamente conturbada e instável, visto ser, por todas as razões que apresentei, muito complexo lidar com pessoas com este distúrbio mental.

E apesar de o realizador ter-se centrado no plano amoroso para ilustrar a instabilidade característica do transtorno borderline, esta mesma instabilidade ou inconstância verifica-se, também, em grande medida, nas mudanças súbitas de opiniões, de valores, de identidade sexual ou mesmo na incapacidade apresentada por estas pessoas de se empenharem e concentrarem numa tarefa com persistência, o que, de alguma forma, explica a sua incapacidade de manterem o emprego.

Fatal é, sem dúvida, o adjetivo que melhor descreve a história de Alex Forrest e Dan Gallagher, que termina de forma trágica e arrepiante. Realmente, o final do filme é, para mim, bastante elucidativo do alcance desta doença, isto é, das consequências reais de que o TPB se faz acompanhar. Mas se vos despertar a curiosidade de conhecerem o desfecho desta história arrebatadora, não hesitem em ver “Atração Fatal”!

Bibliografia:

<http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=184>

<http://oglobo.globo.com/saude/borderline-um-transtorno-de-personalidade-no-limite-das-emocoes6463834>

<http://www.tuasaude.com/sindrome-de-boderline/>

<http://galileu.globo.com/edic/94/comportamento1.htm>

<http://drasimone.no.comunidades.net/index.php?pagina=1360156096>